



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O associativismo socioprofissional na GNR: influências na Instituição**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Bernardo Pinho**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Carlos Pereira**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2018**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O associativismo socioprofissional na GNR: influências na Instituição**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Bernardo Pinho**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Carlos Pereira**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2018**

## **EPÍGRAFE**

“Não há nada que a vontade humana desespere alcançar  
pela livre ação da força coletiva dos indivíduos”  
(Tocqueville, 2005, p. 220).

## **DEDICATÓRIA**

À minha família, pais e irmão.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, o Sr. Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Carlos Alexandre Quatorze Pereira, por todo o apoio que me prestou na realização deste trabalho, pela permanente disponibilidade e pela motivação que me incutiu para trabalhar sobre este tema.

Ao Sr. Major Hélder Manuel Da Silva Costa Barros pela disponibilidade e pelo valioso apoio sem o qual não teria sido possível a realização das entrevistas sobre as quais se sustenta este trabalho.

Ao Sr. Tenente-Coronel de Infantaria da GNR, Gonçalo Gonçalves de Carvalho, enquanto Diretor dos Cursos da GNR na Academia Militar, pelas sugestões acerca deste tema que me levaram a esta abordagem do mesmo.

Ao Exmo. Senhor Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto, Comandante Geral da GNR, ao Exmo. Senhor Tenente-General Luís Nelson Ferreira dos Santos, antigo Comandante Geral da GNR, ao Sr. Coronel da GNR, António Manuel De Oliveira Bogas, ao Sr. GNR, Arménio Timóteo Pedroso, ao Sr. Tenente-Coronel da GNR António Marques Romeira Matias, ao Sr. Tenente-Coronel da GNR, Pedro Manuel Sequeira Estrela Moleirinho, ao Sr. Tenente-Coronel da GNR Gonçalo Gonçalves de Carvalho, ao Sr. Presidente da Direção Nacional da ANOG Tenente-Coronel da GNR da José Luís Dos Santos Alves, ao Sr. Presidente da Direção Nacional da ANSG, Sargento-Ajudante da GNR, José Eduardo Moura Lopes ao Sr. Presidente da Direção Nacional da ASPIG, Cabo-Mor da GNR José Fernando Dias Alho, ao Sr. Presidente da Direção Nacional da APG, Cabo da GNR César Augusto de Almeida Nogueira, ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ANAG, Guarda Principal da GNR, Pedro Joaquim da Silva Gouveia, pela pronta disponibilidade que manifestaram e pelo notável contributo que me prestaram nesta investigação.

Aos meus camaradas do 23º TPO, pela amizade, camaradagem e partilha de experiências, que em tudo contribuem para o meu êxito, diariamente.

Por fim, à minha família, aos meus pais e ao meu irmão, pelo apoio, admiração e motivação que me transmitiram ao longo de todo o meu percurso académico.

## **RESUMO**

Apesar de o associativismo ser um fenómeno já estabelecido há algum tempo nas sociedades, o associativismo na Guarda Nacional Republicana, adiante designada por Guarda, é relativamente recente, mas tem sido vincado como um movimento social interno da Instituição através da sua evolução nas suas vertentes social, organizacional e legislativo. Assim, tal fenómeno sociológico merece a atenção deste Trabalho de Investigação Aplicada, pretendendo determinar o impacto do mesmo para a Instituição e para os seus militares. Este objetivo é atingido através de um método hipotético-dedutivo seguindo uma linha orientadora da investigação que consiste em explorar de que forma pode a atividade das associações socioprofissionais da Guarda influir no desenvolvimento dessa mesma Instituição. À luz disto, e para responder ao problema da investigação, surgem hipóteses para essas respostas, sustentadas no quadro teórico já existente acerca da profissão de militar da Guarda e do associativismo enquanto fenómeno social da Instituição Militar e, mais especificamente, da Guarda. Para verificação destas hipóteses e consequente resposta ao problema, foram realizadas entrevistas, as quais, após analisadas e discutidas demonstram uma íntima correlação entre os seus resultados empíricos e as observações desenvolvidas no enquadramento teórico.

Conclui-se com esta investigação que o associativismo, devido às transformações sociais e internas que provoca na Instituição através da sua atividade, tem influência no desenvolvimento da Guarda. Este efeito é exponenciado pela confluência entre as várias associações e entre estas e o Comando da Guarda resultando positivamente na aproximação do profissional da Guarda à sociedade assim como na melhoria das condições e reconhecimento profissionais que lhe são prestados. No entanto, também se conclui uma influência negativa relativamente à imagem pública da Instituição, que pode gerar a descredibilização da mesma, perante quem toma as decisões segundo as quais a Instituição se desenvolve e perante a restante sociedade.

## **Palavras-chave**

Associativismo militar; Profissão; Associações socioprofissionais; Guarda Nacional Republicana.

## ABSTRACT

Although associativism is a phenomenon that has been established in societies for some time now, the associativism in the *Guarda Nacional Republicana*, hereinafter referred to as *Guarda*, is relatively recent, but this has been credited as an internal and social movement of the Institution through its evolution in its social, organizational and legislative aspects. Thus, this sociological phenomenon deserves the attention of this Applied Research Project, intending to determine the impact of the associativism to the Institution and its military. This objective is reached through a hypothetical-deductive method following a guideline of the investigation that consists in exploring in what form the activity of the socio-professional associations of the *Guarda* can influence the development of this same Institution. Therefore, and in order to answer to the problem of investigation, is formulated a hypothesis for these answers, based on the existing theoretical framework about the profession of military of *Guarda* and associativism as a social phenomenon of the Military Institution and, more specifically, the *Guarda*. To verify these hypotheses and consequently resolve the problem, interviews were conducted, which, after analyzed and discussed, show an intimate correlation between the empirical results produced and the observations developed in the theoretical framework.

It is concluded with this investigation that the associativism, due to the social and internal transformations that it induces in the Institution through its activity, has influence in the development of the *Guarda*. This effect is heightened by the confluence between the various associations and between them and the *Guarda* Command and has a positive result in the approach of the professional of *Guarda* to the remaining society and in the improvement of the conditions and professional recognition that are provided to the professionals. However, it also concludes a negative influence on the public image of the Institution, which may lead to its disbelief by those who take the decisions according to which the Institution is developing and by the rest of society.

## Keywords

Military associativism; Profession; Socioprofessional associations; *Guarda Nacional Republicana*

## ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	ii
DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO .....	v
ABSTRACT.....	vi
ÍNDICE GERAL.....	vii
ÍNDICE DE QUADROS.....	ix
LISTA DE APÊNDICES .....	x
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	xi
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 - O PROFISSIONAL DA GNR .....	4
1.1. A profissão militar .....	4
1.2. A profissão de militar da GNR .....	9
CAPÍTULO 2 - O ASSOCIATIVISMO .....	12
2.1. A associação profissional.....	12
2.2. O associativismo na Instituição Militar .....	17
2.3. O Associativismo na GNR.....	21
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS.....	26
3.1. Metodologia .....	26
3.2. Métodos e materiais .....	28
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	30
4.1. Análise e discussão da questão n.º 1 .....	30
4.2. Análise e discussão da questão n.º 2.....	32
4.3. Análise e discussão da questão n.º 3.....	34
4.4. Análise e discussão da questão n.º 4.....	35



4.5.	Análise e discussão da questão n.º 5 .....	36
4.6.	Análise e discussão da questão n.º 6 .....	38
4.7.	Análise e discussão da questão n.º 7 .....	39
4.8.	Análise e discussão da questão n.º 8 .....	41
4.9.	Análise e discussão da questão n.º 9 .....	42
4.10.	Análise e discussão da questão n.º 10 .....	44
4.11.	Análise e discussão da questão n.º 11 .....	45
4.12.	Análise e discussão da questão n.º 12 .....	47
4.13.	Análise e discussão da questão n.º 13 .....	48
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....		50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		55
APÊNDICES .....		I
APÊNDICE A – RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS, PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA .....		II
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DA ENTREVISTA .....		IV
APÊNDICE C – LISTA DE ENTREVISTADOS .....		XI

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1- Respostas à questão n.º 1 .....	30
Quadro n.º 2- Respostas à questão n.º 2 .....	32
Quadro n.º 3- Respostas à questão n.º 3 .....	34
Quadro n.º 4- Respostas à questão n.º 4 .....	35
Quadro n.º 5- Respostas à questão n.º 5 .....	36
Quadro n.º 6- Respostas à questão n.º 6 .....	38
Quadro n.º 7- Respostas à questão n.º 7 .....	39
Quadro n.º 8- Respostas à questão n.º 8 .....	41
Quadro n.º 9- Respostas à questão n.º 9 .....	42
Quadro n.º 10- Respostas à questão n.º 10 .....	44
Quadro n.º 11- Respostas à questão n.º 11 .....	45
Quadro n.º 12- Respostas à questão n.º 12 .....	47
Quadro n.º 13- Respostas à questão n.º 13 .....	48
Quadro n.º 14- Relação entre objetivos, perguntas de investigação e guião de entrevista .....	II
Quadro n.º 15- Lista de entrevistados .....	XI

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A – RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS, PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO E GUIÃO DA ENTREVISTA.....	I
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA.....	III
APÊNDICE C – LISTA DE ENTREVISTADOS.....	X

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ANAG	Associação Nacional Autónoma da Guarda
ANC/GNR	A Nossa Causa - Associação de Reformados e Pensionistas da Guarda
ANOG	Associação de Nacional de Oficiais de Guarda
ANSG	Associação Nacional de Sargentos da Guarda
AOG	Associação de Oficiais da Guarda
APA	American Psychological Association
APG	Associação de Profissionais da Guarda
AR	Assembleia da República
ASPIG	Associação Socioprofissional Independente da Guarda
CRP	Constituição da República Portuguesa
E	Entrevistado
Exmo.	Excelentíssimo
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
LDN	Lei de Defesa Nacional
LDNFA	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
n.º	Número
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
NEP	Norma de Execução Permanente
p.	Página
PCP	Partido Comunista Português
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
pp.	Páginas
PSP	Polícia de Segurança Pública
s/d	Sem ano de publicação
Sr.	Senhor
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada

## INTRODUÇÃO

Nas palavras de Manuel Freixo (2012, p. 55-68), seguindo a linha de pensamento de Karl Popper (1975), “o conhecimento existe quando a pessoa ultrapassa o «dato vivido», explicando-o”. E para que esse conhecimento seja científico, é preciso “conhecer, além do fenómeno em si, as suas causas e leis”. Como tal, este conhecimento científico é, segundo Lakatos e Marconi (2003, pp. 75-76), “obtido de modo racional, conduzido por meio de procedimentos científicos”. São estes procedimentos e os métodos de reflexão e correlação entre fenómenos e conceitos que tornam o conhecimento empírico “às vezes denominado de senso comum”, em conhecimento científico. Tornando-se legítima a dedução dos referidos autores de que o primeiro serve de base ao segundo, tendo este último de verificar, “com o auxílio de teorias”, as perceções empíricas “adquiridas no trato direto com as coisas e com os seres humanos” no quotidiano.

Esta estreita relação entre estes dois níveis de conhecimento constitui um pilar basilar dos estudos da sociologia, “ciência elétrica, na medida em que o seu material é constituído pelos produtos de outras ciências”, já que esta procura relacionar “o indivíduo com a comunidade, as causas e as formas da formação dos grupos, os contrastes e as zonas-limite das classes, o desenvolvimento da relação entre dirigentes e dirigidos” entre outros (Simmel, 1890, pp. 3-7). O objetivo da sociologia é, portanto, “fazer aparecer novas significações dos fenómenos estudados, mais esclarecedoras e mais perspicazes do que as precedentes” (Quivy & Campenhoudt, p. 50).

Desta forma e, tal como referido por Pereira, Samara e Godinho (2016, p. 7), o presente trabalho de investigação terá como alicerce “diferentes escalas de análise”, sendo deste “contributo das diferentes disciplinas que trabalham as questões relacionadas com o social” que este trabalho de investigação se vai socorrer.

Com a evolução, a sociologia “passa a criar um processo de produção de “subdisciplinas, as chamadas “sociologias especiais””, que se debruçam em movimentos sociais específicos ou que dizem respeito a grupos específicos da sociedade, como a sociologia do trabalho (e das profissões), sociologia das organizações, a sociologia militar e a sociologia policial. Os movimentos sociais, as organizações e as profissões são, portanto, objetivo de permanente transformação social. E, na abrangência destes fatores, a eclosão dos movimentos operários da Revolução Industrial, em parte, proporcionou a origem da sociologia. Estes movimentos sociais de trabalhadores evoluiu para a criação de associações e sindicatos ligados aos mais diversos tipos de organizações (Viana, 2007).

E de facto, como refere Mendes (2008, p. 8), “o fenómeno do associativismo é um dos mais enigmáticos, mas ao mesmo tempo dos mais apaixonantes temas do viver humano em sociedade e consequentemente um fenómeno social digno de atenção e de estudo”, não ficando as organizações militares e policiais alheias a este fenómeno de formação de grupos de pessoas com ligações profissionais entre si.

No âmbito do que se tem observado cada vez mais por virtude dos meios de comunicação social, que assumem nos dias de hoje uma importante participação no desenrolar da opinião pública e no despoletar das ações coletivas, desempenhando “um papel positivo para perenizar a polícia”, têm então as associações socioprofissionais desenvolvido um significativo avanço enquanto meio de expressão da vontade coletiva dos trabalhadores associados. Isto sem esquecer que a sua atividade consubstancia-se na vertente militar “como uma questão delicada e representa uma alteração significativa para a Instituição Militar” (Monet, 2006, p. 304; Branco, 2010, p. 413).

Este género de extensão da liberdade de associação às instituições militares e Forças e Serviços de Segurança (FSS), tem proporcionado um vasto quadro de discussões polémicas em torno de outros direitos. Já que as associações, destacando-se, em particular, as ligadas à Guarda Nacional Republicana (GNR), em muito fazem valer o direito de “representar os associados na defesa dos seus interesses” (AR, 2004, p. 5236).

Dada a evolução do movimento associativo no seio da Instituição Militar, policial e, em concreto, na GNR, o volume de atividade do mesmo e a sua importância mediática, decerto que há uma influência do associativismo na atividade dos militares da GNR e no desenvolvimento da Instituição que servem. No ensejo do que referia Maria Carrilho (1994, p. 158), ao afirmar a influência da representação militar para a eficiência organizacional das Forças Armadas como uma questão de relevância numa sociedade democrática, procura esta investigação estudar essa influência na GNR. Assim, torna-se pertinente estudar essa mesma influência associativa, caracterizando-a numa vertente sociológica, pois a GNR, enquanto única Força de Segurança de natureza militar de Portugal, sendo colocada “na primeira linha de resposta nacional em matéria de Segurança e Defesa”, tendo todo funcionamento desta instituição, elevada importância para a efetiva segurança nacional e para o sentimento de segurança da população (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014, p. 13).

Como tal, a importância da problemática à qual este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) pretende dar resposta, revela-se cóngrua com as linhas de investigação propostas pela GNR, aprovadas por despacho do Exmo. General Comandante-geral, de 16 de dezembro de 2009, através da Informação n.º 167/09/CDF e ainda com os objetivos

definidos na pela NEP 520/4.<sup>a</sup>, de 11 de maio de 2015. Enquadra-se, assim com o ciclo de estudos do mestrado integrado em ciências militares na especialidade de segurança.

Para melhor concretização deste TIA, a realização do mesmo está envolta num objetivo geral definido: “Determinar o impacto da atividade associativa socioprofissional da GNR para a instituição e para os seus militares”. O qual implica, para tal, a consecução de objetivos específicos que dele derivam:

- Analisar as contribuições e o papel do associativismo no desenvolvimento da instituição e dos direitos dos seus profissionais;
- Compreender o funcionamento das atuais associações profissionais ligadas à GNR e das relações estabelecidas entre elas e o Comando da Instituição;
- Caracterizar o fenómeno do associativismo profissional na GNR através do seu enquadramento político-legal.

A consecução dos objetivos enunciados implica a realização de toda a investigação segundo o que Quivy e Campenhoudt (2013, pp. 31-32) referem ser “um primeiro fio condutor tão claro quanto possível”, que limite evite dispersões na abordagem ao problema em foco, possibilitando “maior objetividade durante o processo de investigação”. E, portanto, como fio condutor desta investigação, é proposta a seguinte pergunta de partida (PP) que delimita o seu problema: “De que forma pode a atividade das associações socioprofissionais da GNR influir no desenvolvimento dessa mesma instituição?”.

Tendo em consideração que um trabalho de investigação pressupõe sempre um conjunto de “correntes de pensamento que o precedem e influenciam”. É necessária a abordagem a estudos e trabalhos anteriores que incidam sobre a mesma temática, sendo “importante insistir desde o início na exigência de situar claramente o trabalho em relação a quadros conceptuais reconhecidos” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 50).

Neste âmbito, no primeiro capítulo do enquadramento teórico é explorado o próprio conceito de profissão, para enquadrar a profissão de militar e culminar com a caracterização das especificidades da profissão de militar da GNR, relacionando-a com a profissão de militar e de polícia e com a sua evolução na sociedade. De modo a relacionar o supracitado com o associativismo na GNR, o segundo capítulo desta investigação trata da origem e a evolução do associativismo profissional explorando o mesmo enquanto movimento social, discorrendo, posteriormente, sobre o associativismo militar, no qual se baseia o associativismo na GNR, discutindo o âmbito social, organizacional e legislativo em que este se desenvolve. Segue-se a análise de resultados obtidos através das entrevistas realizadas, que culmina nas conclusões do trabalho.

# **CAPÍTULO 1 - O PROFISSIONAL DA GNR**

## **1.1. A profissão militar**

As associações socioprofissionais, tal como o nome indica, têm na sua génese uma profissão. E a definição deste conceito de “profissão”, apesar de parecer simples devido à constante verbalização do mesmo no quotidiano, reveste-se de alguma complexidade advinda das várias correntes de estudos sociológicos que se desenvolveram ao longo dos anos. (Parsons, 1939; Goode, 1977; Rodrigues, 2002; Freire, 2004; Evetts, 2014).

Dos primeiros autores que tentaram definir o conceito de profissão, destacam-se Carr-Saunders e Wilson, (1934), segundo os quais, citados na preciosa obra de Rodrigues (2002, pp. 7-8), “uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais”. No seio da corrente funcionalista da sociologia das profissões, defendida primeiramente por estes autores, a profissão está intimamente relacionada com outros aspetos de desenvolvimento social como a economia e a cultura. Corrente esta que também foi explorada por Parsons (1939, p. 467), defendendo que as profissões e ocupações implicam “um complexo balanço entre diversas forças sociais”. E, posteriormente, Goode (1957, pp. 194-198), que vinca a importância da socialização para as profissões, chega a afirmar que, embora em diferentes graus, consoante a profissão em causa, “cada profissão é uma comunidade sem local físico”, enfatizando a importância da relação cliente-profissional, cuja influência para a profissão segue o princípio de que o cliente “determina a sobrevivência de uma profissão ou especialidade, bem como o sucesso da carreira de um profissional”.

Desde os primórdios da abordagem à sociologia das profissões, que autores como os referidos anteriormente se preocuparam em estabelecer uma linha divisória entre o conceito de profissão e o de ocupação. O que, portanto, de forma expectável, seria merecedor do protagonismo deste enquadramento na sociologia das profissões. Contudo, quanto a essa distinção, tal como referido por Evetts (2014, pp. 31-32), que a considera uma “diversão de perda de tempo”, “para a maioria dos investigadores no campo (...) já não parece importante desenhar uma firme e rígida linha entre profissões e ocupações”. Até porque Huges (1964, p. 33), ainda nos anos 50 considerava existir “um crescente número de ocupações a intentar ganhar as características e estatuto de profissões” e, portanto, na sua perspetiva interacionista, considerava simplesmente que “uma profissão é uma ocupação que atingiu



uma posição especial entre as profissões”. Tendo, posteriormente, Wilensky (1964, p. 142), definido este processo como “profissionalização”, a qual defende como sendo “uma típica sequência de eventos”, e o qual assenta, segundo Freidson (2013), na obtenção de poder advindo do conhecimento especializado face à sociedade e da autonomia para o aplicar.

É através destas bases teóricas especializadas que Freire (2004, p. 6) enuncia quatro elementos a considerar na definição do conceito de profissão, resumidamente: um “nível de qualificação”; um “grau de autonomia profissional e responsabilidade”; a “auto-identidade social mínima do grupo em questão; e ainda o “reconhecimento formal pelas entidades públicas administrativas, pelo mercado ou pela prática social”. Contudo, são tópicos que visam apenas preencher a necessidade de justificação das bases de um estudo operacional e são elaborados precisamente porque o autor reconhece a inexistência de um corpo teórico e jurídico consensual e estanque que defina o conceito com solidez.

Portanto, parte do que se afirmava nos primórdios do estudo sociológico das profissões é verificável já no século XXI por Santos (2011, p. 36), quando a autora afirma não existir um modelo que padronize o conceito de profissão “uma vez que a sua determinação implica a análise de diversas variáveis conjunturais (em termos de contexto), variáveis estruturais (em termos de elementos que constituem uma profissão) e variáveis teóricas e metodológicas (em termos de correntes teóricas dominantes)”, sendo que estas últimas são fator extremamente influenciado pelo contexto temporal e social, tal como se pôde observar pelos períodos de correntes teóricas distintas defendidas por vários autores.

Algo que, desta forma, concorre com a abordagem interacionista, em que “as profissões são encaradas como objectos da prática quotidiana, produto da vida social, não podendo, portanto, ser confundidas com um conceito construído segundo as regras do raciocínio científico” (Rodrigues, 2002, p. 36).

No entanto este carácter intemporal não se verifica apenas quanto à ausência de precisão na definição do conceito de profissão ou na distinção entre aquele conceito e o de ocupação. A anterior incidência nas perspetivas da influência das interações sociais nas definições de conceitos inerentes à sociologia das profissões e do trabalho, tem como propósito introduzir a ideia de coetaneidade desta abordagem quando aplicada ao domínio militar e policial.

Carrilho (1985, pp. 47-52) repara que, nesse domínio, a “ascensão sociológica do tema” faz com que o “aspeto profissional” do meio militar seja “o setor mais prolífico dos estudos sobre os temas militares” e é inevitável a analogia entre o conceito de profissão militar e o de profissão no meio civil pois é a exigência do cliente (a população) que conduz

a transformação da socialização profissional, constituindo este “um processo dinâmico e não uma realidade física”.

E, de facto, segundo Vaz (2001, p. 54), foi o que sucedeu após inúmeras guerras, a partir das quais os “responsáveis políticos, chefes militares e opinião pública, embora não necessariamente pelas mesmas razões, convergiram num único veredicto: a guerra é assunto para profissionais.” E foi a evolução da guerra e a evolução da percepção social e dos próprios militares quanto à realidade política, e o fim da conscrição, que percutiram a profissionalização das instituições militares. Sendo que este gradual profissionalismo das forças militares se pauta, também segundo este autor, pela exigência da sociedade. O que o leva a estabelecer essa mesma relação na sua definição de profissão: “uma ocupação que requer treino avançado num domínio específico, estruturada de molde a que os interesses do profissional sejam tanto mais facilmente alcançados quanto melhor ele servir os clientes”.

Salientando a relação profissional-cliente, Goode (1957, pp. 195-198), enuncia que o conhecimento e o “ideal de serviço” são os elementos principais de uma “comunidade profissional” que potenciam o poder dessa mesma comunidade pela credibilidade nas suas competências e capacidades por parte das comunidades exteriores. Sendo estas qualidades potenciadas pelo reconhecimento das organizações profissionais através de avaliação e classificação interna, enquanto meio de controlo social dentro da profissão, pois a vida profissional é “fundamentalmente baseada em realização”. Associa ainda ao anteriormente referido, a profissão militar como um caso em que se procura estas potencialidades ao máximo, isolando os recrutas de contactos exteriores, o que proporciona a “sua dependência social absoluta da profissão para seu avanço”, punindo-o ou recompensando-o pelos seus comportamentos.

Este conjunto de características são inerentes à Instituição Militar na medida em que o poder e autoridade desta profissão, segundo Huntington (1985, pp. 85-86) está intimamente ligada à relação com o poder da sociedade. Confirmando a relação de dependência entre a profissão e as outras comunidades, que frequentemente reconhecem na profissão militar um conjunto de conhecimentos que, como referia Goode (1957, p. 198) “geralmente não estão disponíveis ao público, e não são amplamente conhecidos, se não mesmo, secretos”.

Samuel Huntington (1985, pp. 7-14) afirma que o “profissionalismo distingue o militar de hoje dos guerreiros de outras épocas” e toma esforços para enquadrar o militar no conceito de profissão, atendendo a fatores distintivos de uma profissão, entre eles a *expertise*, isto é, o conhecimento e a capacidade de o aplicar, atingindo a confiança da sociedade. Pois o conhecimento de uma profissão “é um segmento da cultura tradicional da sociedade”, que,

quando diz respeito à profissão militar, “requer uma ampla base de cultura geral” abrangendo os mais vastos domínios científicos.

O conhecimento abrange todas as perspectivas das profissões, apresentando-se como uma condição “sine qua non da formação profissional” e da definição de profissão tornando-se ainda mais relevante quando se fala do meio militar (Saks, 2012, p. 6; Huntington, 1985, p. 12).

Para além do conhecimento e da responsabilidade, Huntington refere a coletividade como outro fator importante a considerar no conceito de profissão, pois é o que faz com que os elementos de uma profissão partilhem a responsabilidade social e tenham um sentimento de unidade e de pertença, criado pelos valores, conhecimentos e padrões comuns. Isto transporta-nos para a importante tese de Merton (1982) resumidamente enunciada por Rodrigues (2002, pp. 13-15) na qual encara os valores como um vetor chave para a confiança e credibilidade por parte da sociedade numa profissão. Pois, quando esses elementos são institucionalizados através de um sistema que recompensa os que cumprem as “expectativas normativas associadas ao papel”, consequentemente os valores conduzirão a uma capacidade altruística destes, perante a sociedade. Este “altruísmo institucionalizado” torna-se num pressuposto da profissão perante a restante sociedade que cria esse ideal na sua expectativa. Daí a que, quando essas expectativas não são atingidas pelos profissionais, existe um défice entre aquilo que seria o ideal do comportamento profissional e o comportamento real, gerando “descrença pública e hostilidade”.

De facto, esta relação entre o altruísmo e a credibilidade pública tem grande aplicabilidade na profissão militar. Ainda mais quando a motivação dos militares depende diretamente da sociedade. A sua motivação é “o amor pelo seu ofício e um sentimento de obrigação social para aplicar esse ofício em benefício da sociedade”. Contudo para assumir a responsabilidade “da segurança militar do seu cliente, a sociedade”, esta deve proporcionar um “pagamento contínuo e suficiente, tanto em atividade como quando reformados”. Esta influência leva a que o seu comportamento interno pautado por “regulamentos, costumes e tradições”, esteja em consonância com o comportamento em relação à sociedade, “guiado pela perceção de que o seu ofício só pode ser utilizado para propósitos aprovados pela sociedade”. Estas características e outras exclusivamente militares e também policiais, leva a que a descredibilização da profissão militar seja mais facilmente atingida, principalmente devido ao facto de a sociedade ter uma imagem do militar que está muito presa ao passado da Instituição. Podendo ser interpretada como apenas mais uma hipótese de carreira, para os socialmente mais desfavorecidos (entenda-se o conceito de “carreira”, pelo que considerava

Hughes (1958, p. 63) como, subjetivamente numa sociedade estruturada, “a perspectiva mutável na qual uma pessoa vê a sua vida como um todo e interpreta o significado dos seus vários atributos, ações, e coisas que lhe acontecem”), dando origem à pragmática questão da carreira militar, traduzindo-se na sua motivação monetária em contrassenso com a sua motivação pelo sentido de dever social. (Huntington, 1985, pp. 8-15; Janowitz, 1967 pp. 3-4).

Esta problemática mereceu mais tarde a dedicação de Moskos (1977, pp. 42-44), que procurou enquadrar a profissão militar entre o modelo institucional, no qual a motivação na profissão militar “transcende o interesse próprio em prol de um bem maior” e o modelo ocupacional, segundo o qual “prevalecem as recompensas monetárias pelas equivalentes competências”. Baseando-se na observação das Forças Armadas dos Estados Unidos, estas “irão ter sempre elementos de ambos os tipos institucional e ocupacional”. Assim, é expectável que haja uma tendência ocupacional para a profissão militar, tal como acontece com a generalidade das profissões, gerando uma crescente convergência entre a Instituição Militar e a restante sociedade.

A emergência de regimes democráticos e a mutação social estão na origem da convergência anteriormente referida, entre o modelo da profissão militar e das profissões civis. No entanto, a primeira não se deverá aproximar demais da sociedade e “não poderá nunca identificar-se com as instituições civis”. Deve procurar equilibrar os “imperativos funcionais” (realização da sua missão), com os “imperativos sociais” (comportamentos induzidos pela sociedade), pois “existe entre eles uma ligação complementar que exclui as opções radicais” (Vieira, 1993, pp. 81-86).

O que significa que, como refere também Pimentel (2008, pp. 79-81), em relação às Forças Armadas, o mais correto será afirmar que, enquanto organização de índole institucional ou ocupacional, “se definem por uma simbiose das duas”, à luz do que acontece “com as suas congéneres dos modernos países europeus (e não só), que já fizeram a transição para a profissionalização ou para aí se encaminham”. Sendo que o autor vê a profissionalização como uma aproximação ao modelo de ocupação, o qual define pelo trabalho de execução necessária sujeito à regra da oferta-procura e no qual os valores existentes são apenas profissionais sendo o trabalhador é motivado pela remuneração e estatuto económico. Em contrapartida, define o modelo institucional como aquele em que não existe possibilidade de negociação económica, estando as remunerações legalmente estabelecidas e havendo lugar a remunerações simbólicas que conferem prestígio e ainda em que os valores são institucionais e são colocados acima dos interesses individuais.

Na mesma linha de pensamento, Carreiras & Agapito (2010, pp. 330-332), além de confirmarem um “modelo de profissionalismo pragmático” quanto à existência de indicadores institucionais e ocupacionais nos militares, relembram que este fenómeno de deriva ocupacional da instituição militar e da relação militar-civil reveste-se de uma perspetiva macrossociológica, meso-analítica e de nível micro. Abordando, respetivamente, a influência dos movimentos sociais nessas relações, as dinâmicas organizacionais da própria instituição e as consequências dos comportamentos, motivações e identidade de cada indivíduo. E é na vertente meso-analítica acima enunciada, que Freire (2009, p. 150) refere a coesão anímica, que permite ultrapassar adversidades psicológicas inerentes à sua profissão, como justificação para a institucionalização da disciplina militar, de modo a fortalecer as relações hierárquicas. Contudo, no contexto da modernidade atual, “este regime de relacionamento interno e de funcionamento dos corpos militares começou a entrar em dissonância com o pulsar de Sociedades” que protagonizaram crescentemente a emergência dessa modernidade.

Como tal, o meio militar alcança o estatuto profissional, pois enquadra-se no quadro conceptual das profissões, contudo, tal como o próprio conceito de profissão, não consegue ser estanque. Adaptar-se-á sempre à hodiernidade social. Aprimorando-se assim o profissionalismo do militar, para o qual não basta possuir o conhecimento e ser *expert* na sua área, mas, como refere Belchior Vieira (2004, pp. 3-9), “exige-se agora que se comporte também como um diplomata, isto é, um conciliador-negociador, com sensibilidade política, sociológica e cultural”, dado que a ligação do meio militar à restante sociedade é “cada vez mais determinante para a manutenção de um espírito de defesa esclarecido e, assim, empenhado”. Pois, como afirmava também Carrilho (1994, p. 129), nesse mesmo sentido: “os militares não podem isolar-se completamente das grandes transformações que a nível das mentalidades, dos valores e dos comportamentos, se produzem no contexto social”.

## **1.2. A profissão de militar da GNR**

Os corpos militares com funções de polícia designam-se comumente por gendarmarias, advindo do francês *gendarmerie*, que “são uma criação da Revolução Francesa e constituem uma entidade híbrida entre as Forças Armadas tradicionais e as polícias civis”, pois é-lhe atribuída “uma polivalência de missões: militares e policiais”. O que se traduz numa atividade “primariamente ao serviço da segurança interna”, no entanto pode atuar também “no âmbito da defesa nacional”. Tal polivalência é a razão de existência

da GNR, sendo uma característica que “lhe dá riqueza e uma Identidade própria”, e da qual o sucesso da sua missão no contexto operacional atual reside “num sistema de informações, no homem, na sua condição de militar e formação policial”. (Branco, 2010, pp. 37-243; Alves, 2008, p. 84).

Tal como descrito no n.º 1, do artigo 1º da Lei Orgânica da GNR, esta é uma “força de segurança de natureza militar”, sendo especificado no seguinte artigo a dupla tutela face à sua missão primária de segurança interna, acrescentando-lhe ainda, nos moldes legais, a participação na defesa nacional. E já tendo referido a antropóloga Durão (2010, pp. 275-276) que “ser polícia desafia classificações estreitas e formais sobre o que se entende por profissão” pois, “quanto mais poder e autoridade tem uma profissão, mais fácil é para ela ganhar e garantir os sentidos simbólicos aos quais ela está associada na opinião pública”, mais complexo será quando se trata de uma profissão que abarca ambos os domínios militar e policial. Pois as várias particularidades já referidas sobre a profissão militar mantêm-se latentes na profissão de polícia, com algumas atenuantes e agravantes, quer em grau, quer em modo. E ao falar, por exemplo, da condição policial e cultura profissional da polícia, estabelece-se um estreito paralelismo entre o que Durão (2010, pp. 278-289) refere como a “solidariedade interprofissional baseada na farda”, advinda do “risco particular que visa o agente”, e o sentimento de coletividade militar referido por Huntington (1985), do qual já se discorreu anteriormente. Referindo ainda a mesma autora que, num nível micro de análise, é habitual um polícia entrar no “fechamento institucional”, pela necessidade de se “distanciar de ambientes nos quais foram socializados”. Contudo, devido às constantes alterações sociais e, consequentemente, organizacionais, a existência de fechamento e abertura das polícias à sociedade é simultânea e necessariamente adaptável.

Mais uma vez, é a vasta abrangência na vertente social que define e distingue a profissão de polícia das restantes profissões civis e mesmo da profissão militar. Sendo que ambas tomam parte no conceito de profissão associado aos corpos de polícia com natureza militar. Estes, enquanto pertencentes a uma instituição policial, pertencem à integração que Marques da Silva (2001, pp. 76-77) faz da profissão de polícia no conceito sociológico de profissão, o qual o autor entende como sendo:

“um grupo constituído cujas funções exigem um conjunto complexo de conhecimentos, necessitando de um processo específico de formação e cuja aplicação às variadas situações concretas implica uma certa autonomia de apreciação no quadro de orientações gerais definidas por uma ética profissional mais ou menos controlada”.

Segundo Alves (2011, pp. 120-121), que também realiza “uma abordagem sociológica”, a “imagem que o público ou os públicos fazem da instituição” é um fator de extrema importância para a legitimidade da GNR, pois influencia em larga escala a “confiança” da própria sociedade, essencial para a “coesão social, quer interna quer externa”.

É por esta razão que a atividade da GNR é “cada vez mais especializada e com tendência sempre maior para a profissionalização”. Diferenciando-se essa profissionalização pelo que se diferenciam os corpos de *gendarmeries* – “a específica função de polícia”, que se transforma à medida das exigências da sociedade e da modernidade. Contudo, trata-se de uma profissão que “pesa mais que as pessoas”, invadindo o campo pessoal individual e implicando que até nesse domínio estejam presentes os princípios e valores da profissão. Pois trata-se de uma profissão com características peculiares como a disciplina, algo ligado à personalidade individual dos militares, que se torna institucional e que permite, no fundo, “identificar uma organização como militar”. Face ao referido, acresce ainda a identificação militar institucional, advinda da condição militar dos militares e da natureza militar da própria Instituição (Alves, 2008, pp. 113-136; Branco, 2010, p. 350).

Já Feuille e Juris (1976, pp. 108-109) consideravam complexa a questão da profissionalização da polícia pois esta deve ser analisada do ponto de vista dos próprios polícias e do ponto de vista dos cidadãos, que tendencialmente os controlam. A que essa profissionalização se desenvolvesse segundo os seguintes vetores: procurar mais a eficiência administrativa; competências individuais; ter perceção da variedade de serviços que as policias oferecem à sociedade; adaptação do processo de recrutamento e rotação interna às capacidades intelectuais, emocionais e físicas necessárias ao alto desempenho; focar um sistema de recompensas; e valorização da lealdade eliminando o pessoal que não a possui. Portanto, a dificuldade em estabelecer um modelo viável de profissionalização de uma força policial, devido à sua complexidade e à sua relação com a sociedade, acentuar-se-á, certamente, quando se tenta aplicar esse modelo a uma força policial de natureza militar.

A GNR enquanto profissão foi ainda alvo de análise por Carlos Alves (2008) que, relacionando-a às correntes sociológicas existentes, verifica que a GNR possui todos os requisitos para ser classificada como profissão. Destacam-se, ao longo da sua obra, a importância do conhecimento especializado, dos processos de socialização (que o autor define como “processo pelo qual o indivíduo é integrado numa sociedade, adquirindo os hábitos que o capacitam para viver em harmonia com os outros”) internos e externos, e a autoridade da profissão em relação à sociedade, a qual se baseia nas características militares como a hierarquia (com o Estado no topo), a disciplina e a condição militar.

## **CAPÍTULO 2 - O ASSOCIATIVISMO**

### **2.1. A associação profissional**

Segundo Mendes (2008, p. 8) “a associação, como corpo organizado de pessoas para prosseguir um fim comum, tem origem, nos seus primórdios, em grupos anteriores à própria existência do Estado”, pois surgiu da “necessidade de superar as insuficiências individuais”.

De facto, o termo “associação” no seu sentido lato e epistemológico remonta à pré-história mas, na sua vertente mais específica e objetiva em que aquela está ligada ao grupo que se reúne com interesses comuns relativos ao trabalho, o associativismo profissional é um fenómeno social que se pode denotar presente, pelo menos em termos mais formais, já na Antiga Grécia, com a constituição de corporações, que mais tarde se vincaram na Roma Clássica com os grupos de artesãos que se uniam. Porém o fenómeno esteve inicialmente muito ligado à religião. Ligação esta que se prolongou por toda a Idade Média bem como até ao século XIX, no qual surgem as associações profissionais enquanto grupo de pessoas unidas pelo exercício de uma mesma profissão. Estas últimas foram evoluindo consoante as necessidades advindas da evolução social e foram apresentando uma relevância crescente ao longo dos tempos, evidenciando a ideia de que o fenómeno associativo é necessariamente resultante do ser humano enquanto espécie naturalmente social. É por essa razão que, por mais antigos que sejam os dados sociais a que tenhamos acesso, verificaremos sempre “a existência de associações de pessoas que possuam interesses comuns” (Campos & Segurado, 2004; Mendes, 2008; Paula, 1966).

Segundo Mendes (2008, pp. 32-34), em Portugal também a religião foi o motivo para a existência das primeiras associações no século XIII. Seguiram-se as associações mutualistas e só depois aparecem, já em meados do século XIX, as “associações de cultura e de recreio e populares” que eram “associações de raiz operária”, começando o associativismo sindical a ganhar forma também por esta altura. Este tipo de associativismo viu as suas bases reforçadas com movimentos associativos em outras áreas de trabalho. Como as associações agrícolas, que evoluíram a ponto de, já no século XX, adquirirem um “cariz reivindicativo” e as associações empresariais, comerciais e industriais, fortemente orientadas para a defesa de interesses laborais.

A evolução das associações pelo século XXI faz com que estas assumam “ainda uma relevância maior, pelo que a luta e a escolha é entre um mundo onde o viver é assente nos encontros no emprego (...) ou, por outro lado, um viver social fundado na entreajuda”, pelo



que, “o direito e a liberdade de associação é hoje um dos pilares da nossa sociedade”. Assim sendo, à luz desta realidade, o autor anteriormente citado adianta uma definição simples, mas de veracidade intemporal, do conceito associação enquanto entidade coletiva: “pessoa coletiva composta de pessoas singulares e/ou coletivas unidas em torno de um objetivo comum, sem ter por fim o lucro”. Definição esta que vai ao encontro de 5 elementos cuja verificação é essencial para que uma dada entidade seja considerada uma associação: “a) união de pessoas; b) organização formal; c) objeto comum; d) fim não lucrativo; e) personalidade jurídica” (Mendes, 2008, pp. 8-14).

Ao procurar desenvolver e definir o conceito de associação, é frequente encontrar-se a distinção entre este e o conceito de sindicato ou de associação sindical. Tal distinção pode ser encontrada desde logo na Constituição da República Portuguesa (CRP), que consagra a liberdade de associação no seu artigo 46.º e a liberdade sindical no artigo 55.º, referindo no n.º 4 deste último que as associações sindicais são independentes do patronato e do Estado. Algo que foi legalmente consagrado logo após a revolução de 25 de abril de 1974, com o Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de novembro, a regular o exercício da liberdade de associação e, pouco depois, com o Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de abril, é regulado o exercício da liberdade sindical que, tal como no preceito constitucional anteriormente referido, marca a sua distinção em relação à liberdade de associação pela sua ligação específica aos trabalhadores e à oposição ao patronato (Assembleia da República [AR], 2005; Freire, 2004, pp. 190-192)

Mas esta relação e divergência desenvolveu-se para além daquele primeiro quadro legal vigente. E, entre outros aspetos que mais adiante serão abordados, é uma distinção frequentemente vista como um fator importante de reflexão no campo dos direitos dos militares e da sua restrição aos mesmos. Tal como refere Branco (2010, pp. 416-417), “não é fácil traçar a linha divisória entre o associativismo e o sindicalismo”, pois mesmo no meio militar, em que o sindicalismo é afastado pela lei, surgem, ainda assim, “procedimentos e posturas muito próximas do sindicalismo”. Interessa, assim, explorar esse limite entre o associativismo e o sindicalismo para melhor conseguir definir o quadro conceptual de associação. Segundo Canotilho e Moreira (1993, p. 299), “a liberdade sindical é uma forma particular da liberdade de associação”, ainda assim, “constitui um tipo autónomo”. Referindo ainda os autores que, aquilo que distingue o sindicato das restantes associações é a defesa dos interesses dos trabalhadores assalariados perante o patronato e, portanto, “o caráter de associação de classe, de associação de defesa de interesses de classe”. E é nestas bases de direito estudadas por Canotilho e Moeira, que Pimentel (2008, pp. 279) afirma que, tomando

efetivamente a liberdade sindical como distinta da liberdade de associação, “melhor se realça a sua especial dimensão política, que faculta aos sindicatos e respetivos dirigentes, mecanismos poderosos de influência e intervenção políticas”, nomeadamente devido ao direito de negociação coletiva, característico das organizações sindicais, que em relação aos profissionais da Administração Pública se encontra previsto na Lei 23/98, de 26 de maio e ainda na Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho. No que diz respeito ao direito de associação aplicado aos militares, Pimentel (2008, pp. 280-282) sublinha ainda essa mesma capacidade de direito de negociação coletiva como uma restrição necessária aos militares, pela sua condição de “indivíduos institucionalmente armados” que, pertencentes a uma associação, devem constituir-se como uma “via de auscultação dos militares que é complementar à dos órgãos hierárquicos das [Forças Armadas]”, os quais devem ter sempre a palavra nesse sentido tendo em conta o seu dever de tutela. Assim, a proibição da negociação coletiva é uma contenção de “atividades e “armas” dirigidas à imposição de reivindicações ou à *celebração de acordos* como poder político”. O mesmo se pode referir em relação ao direito à greve, prevista para as associações sindicais, cuja restrição se justifica pelos “valores e interesses constitucionais a proteger”.

O autor acima referido, apesar de realizar a diferenciação entre associativismo e sindicalismo através do afastamento do segundo enquanto faculdade dos militares, afirma que o quadro legislativo do associativismo militar português aponta para “uma certa faceta “sindical””, a qual deve ser reconhecida. Pois, existindo essa aproximação, “se a participação e a audição das associações de militares não passarem de mera formalidade, (...) gerar-se-á uma frustração altamente inconveniente e com elevado poder desestabilizador”. E só com esse reconhecimento se chegará ao ponto de aproveitar a intervenção das associações para atender às necessidades dos militares através de uma relação consultiva entre associações, chefias militares e poder político. Sendo que o contributo das associações poderá, desse modo, “ajudar nas tomadas de decisão”, não trazendo “prejuízo à disciplina, à coesão ou à dedicação ao interesse público” Pimentel (2008, pp. 284-288).

A relação que Freire (2004, pp. 253-256) faz entre associação e sindicato acaba por culminar na designação dessas e dos demais tipos de associação (como a associação patronal e a associação científica) como “formas de organização e ação que aquelas podem tomar” dentro de um fenómeno, denominado de “associativismo de profissionais”. Esta conclusão é indiciada pelo modelo proposto pelo autor no qual, existindo um conjunto de atividades partilhadas pelas associações e pelos sindicatos, “com algumas diferenças de intensidade ou de frequência”, ambas divergem na sua essência. Assim, o associativismo de carácter sindical

puro tem como bases a “greve e a capacidade para celebrar convenções coletivas de trabalho obrigando os seus associados (e eventualmente outros)” numa ótica de solidariedade. Ao passo que, o associativismo profissional encontra a sua realização quando existe: “uma situação de monopólio no exercício da atividade; (...) um poder disciplinar da associação no tocante ao ato profissional, (...); e a atribuição, pelo Estado, do estatuto legal de associação pública”.<sup>1</sup>

Não obstante a preocupação do autor supracitado em resolver a ambiguidade que envolve o sindicato e associação profissional e, apesar da “definição legal, administrativa, técnico-científica, ou social” de associação profissional não estar consensualmente estabelecida, o mesmo avança com três elementos constituintes do conceito de associação profissional: o conceito de profissão; orientação para a “especificidade do grupo profissional” que representam, defendendo os seus interesses “perante o Estado, a sociedade, os clientes ou empregadores”; ações secundárias com vista “à formação, às condições do exercício profissional, à previdência e socorro social, à coesão e convívio do grupo profissional” (Freire, 2004, pp. 6-7).

Desde cedo que os movimentos sociais estabeleceram uma relação de interdependência com as realidades políticas. No caso do associativismo, é comum encontrar-se este fenómeno bastante relacionado com a democracia, a qual, tendo em conta o pertinente para o trabalho em causa, assenta, segundo Marques da Silva (2001, p. 31) em três fatores basilares: “a soberania do povo, o reconhecimento dos princípios do direito natural e o culto da liberdade”.

Um dos autores clássicos que mais influência teve a respeito da democracia foi Alexis’ de Tocqueville (2005, p. 220), que define associação como uma “adesão pública que certo número de indivíduos dá a determinadas doutrinas e no compromisso que contraem de contribuir de uma certa maneira para fazê-las prevalecer”.

Tocqueville (2005, pp. 131-136) que na sua análise sociológica da democracia nos Estados Unidos evidencia, entre outros fatores, a importância da associação na vida dos cidadãos, refere que “o país mais democrático da terra é aquele, dentre todos, em que os homens mais aperfeiçoaram em nossos dias a arte de perseguir em comum o objeto de seus desejos comuns”. É aqui defendido o associativismo como meio essencial de evolução da

---

<sup>1</sup> O estatuto legal de associação pública define-se, segundo Canotilho e Moreira (1993, p. 260), por um tipo de associação com restrições da liberdade de associação pois está sujeita à tutela do Estado.

própria sociedade, chegando o autor à conclusão de que “nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência-mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso desta”.

Em literatura mais recente, tal correlação de Tocqueville não deixa de vigorar em plenitude. A sua perspetiva é reafirmada por Putnam (1993, pp. 89-90) que clarifica a influência do associativismo na democracia através do facto de ser um movimento que provoca efeitos individuais naqueles que dele fazem parte, que por sua vez vão influenciar outros pensamentos de massas e um universo maior de pessoas. Sendo também analisada mais detalhadamente por Warren (2001), o qual procura teorizar os fatores que levam as teorias associativas a centrar-se no seu impacto na democracia. A abordagem de Warren (2001) é partilhada por Luchmann (2014, p. 173) ao concluir que “um mesmo tipo de associações pode promover efeitos distintos, de acordo com cada contexto”, podendo esses efeitos ser tanto a favor como em detrimento da democracia, tudo depende da complexidade social em que se inserem. Ainda Mendes (2008, pp. 8-14), que define associação como “pessoa coletiva composta de pessoas singulares e/ou coletivas unidas em torno de um objetivo comum, sem ter por fim o lucro”, refere que esta “combate o individualismo e promove “o lutador das causas comuns e da felicidade coletiva”, favorecendo o desenvolvimento social a partir da própria sociedade. E considera, portanto, que “o movimento associativo é verdadeiramente um centro de estágio para a democracia”.

Esta íntima relação entre o regime democrático e o impulso do associativismo encontra no caso português, segundo Lousada (2004, pp. 21-22), a justificação para a maior parte das associações ter sido constituída após 25 de abril de 1974. O que revela o condicionamento da origem das associações por um quadro legal delimitador do direito de associação, “pelas condições do exercício da profissão, pelo papel do Estado na regulamentação das atividades económicas e profissionais e pelo ambiente político de cada época”. Tanto assim o é que Freire (2004 p. 226) observa que as associações profissionais portuguesas “organizam-se geralmente segundo um modo copiado do modelo do Estado moderno, democrático”. E na mesma obra, Rego (2004, p. 190) realça a importância deste movimento associativo “num quadro político democrático”, cuja emergência se relaciona com “a revolução de Abril de 1974, o Decreto-lei n.º594/74, de 7 de Novembro, e depois também o Código Civil (artigos 167.º-184.º)”.

Tal como referiu Eduardo Brandão (1999, pp. 365-389) no prefácio da sua edição à obra de Durkheim de 1893, quanto ao “papel que os agrupamentos profissionais estão destinados a desempenhar na organização social dos povos contemporâneos”, é inegável que “os indivíduos que se entregam a um mesmo ofício estão em relação uns com os outros em

virtude das suas condições similares”. É esta premissa que está no centro da sua análise da solidariedade social como resultado da divisão do trabalho. Durkheim fundamenta a sua tese nos pensamentos de Herbert Spencer (1898, p. 341) que define que a divisão do trabalho se dá “sempre que os indivíduos unirem as suas ações para um fim comum que não é absolutamente simples”.

Bucher e Strauss (1961, pp. 330-331) não desmentem a ligação que existe entre indivíduos que exercem uma mesma profissão, mas focam a ideia de que uma profissão não é sinónimo de interesses em comum. Esses interesses “não só podem seguir caminhos diferentes, como podem entrar, e frequentemente entram, em conflito direto”. Os autores, que falam sobre o processo de profissionalização, do qual já se discorreu atrás neste texto, elencam os fatores de uma profissão que frequentemente entram em divergência, tais como: o sentido de missão, as atividades de trabalho, as metodologias e técnicas, os clientes, o companheirismo de trabalho, a imagem e a relação com o público e, ainda, a posição individual social ou na hierarquia da instituição. Estes fatores são potenciais geradores de conflito e implicam mudanças organizacionais e sociais dentro e fora da instituição.

É essa mesma, no fundo, a justificação para a existência de associações socioprofissionais: um conjunto de fatores de um determinado universo profissional, que entram em conflito e levam à divisão de interesses entre os vários profissionais.

## **2.2. O associativismo na Instituição Militar**

Estes movimentos sociais internos e externos são passíveis de afetar todas as profissões, não ficando as profissões militar e policial alheias a este fenómeno. E de facto, segundo Carrilho (1994, pp. 157-159), “a dificuldade de abordagem da questão do exercício dos direitos de cidadania por parte dos militares” é algo bastante complexo quando inserido numa sociedade democrática em que, por um lado, o poder político possui o aparelho militar como instrumento e, por outro, prevê uma série de direitos, liberdades e garantias características desse regime. O que faz com que ainda “não exista nas actuais democracias um modelo comum ou uma prática uniforme”. Algo que está em anuiação com a história do associativismo militar, que surgiu nos países escandinavos no início do século XX, só mais tarde em formato oficial e sindical, ainda antes da segunda Grande Guerra. Contudo, é na segunda metade do mesmo século que o associativismo militar toma o seu posicionamento na Instituição e na sociedade. Gradualmente o militar aproximou-se da sociedade civil e, “naturalmente induzido a comparar, com os outros,” as suas condições sociais e

profissionais, “aparece o impulso no sentido da defesa dos interesses profissionais” da sua vida. Esta vertente participativa comporta desvantagens: “risco de maior conflitualidade e politização de tal atividade; a eventual disfuncionalidade no plano da eficácia; [e] os custos mais elevados, devido às reivindicações”. Mas também possui vantagens: “maior competitividade com as outras profissões, facilitando o recrutamento de pessoal mais adequado; melhor comunicação com a sociedade envolvente; valorização da dignidade individual, da responsabilidade pessoal e do próprio compromisso extremo que caracteriza a relação dos militares com o Estado”.

Desta forma, é possível associar o descrito com o referido por Rodrigues (2005, p. 1) em que o associativismo na Instituição Militar portuguesa é relativamente recente pois a primeira legislação a regular o direito de associação socioprofissional dos militares data de 2001. O que é algo tardio quando comparada a situação portuguesa com muitos outros países europeus onde este fenómeno já progride desde há muitos anos atrás. Sendo que na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) a maioria dos países membros já tinha o fenómeno internamente consolidado, sem “qualquer efeito perverso para o funcionamento das suas Forças Armadas”, sendo que, segundo Carrilho (1994, p. 159), os países que não tiveram um crescimento na sindicalização militar, são os que mais mantêm para os seus militares “um nível de prestígio relativamente elevado”.

Foi no biénio de 2001-2002 que se deu o grande impulso no movimento associativo militar e policial em Portugal. A Lei n.º 3/2001, de 29 de agosto, vem atribuir aos militares direitos que, até então, não se encontravam juridicamente consagrados. O mesmo se pode afirmar em relação à Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro, que veio regular o exercício da liberdade sindical por parte do corpo pessoal da Polícia de Segurança Pública (PSP). O enquadramento legal que foi criado para regular a atividade das associações faz com que estas se constituam essencialmente “como entidades de defesa de interesses socioprofissionais, com alguns direitos de apresentação de problemas ou sugestões e de consulta, por parte da hierarquia superior do setor” (Rego, 2004, p. 201; Branco, 2010, pp. 410-412; Freire, 2004, p. 254).

A realidade portuguesa viu-se, então, num contexto social e operacional que, aliado ao conhecimento específico essencial na profissão militar, implicava, segundo Vaz (2005, pp. 1-2), “a descentralização da iniciativa”, e, conseqüentemente, uma reforma da sua Instituição Militar, aproximando “a sensibilidade conservadora das Forças Armadas dos valores liberais dominantes na sociedade”. O que trouxe algumas controvérsias interna e externamente à Instituição, pois o modelo institucional referido por Charles Moskos (já

referido anteriormente quando se abordou a profissão militar) vê-se suprimido pelo modelo ocupacional, em que o militar “sente que tem o direito de participar nas decisões que afetam o exercício da sua profissão” e, enquanto corpo de militares profissionais, “ainda que não abdique dos valores de referência”, afirmar uma posição reivindicativa nas negociações políticas. Porque aqueles que o faziam em tempos seguindo o modelo institucional, passaram a ser escolhidos pelo poder político, não possuindo a suficiente capacidade de negociação para a defesa dos interesses dos militares. O autor reconhece que a evolução ao nível dos países europeus mais desenvolvidos neste domínio, decididamente “implica ter de ouvir os protestos das Associações de militares”, não numa perspectiva de confronto ou de conflitualidade, mas sim de “criar sinergias e de propor novas formas de articular divergências com as Associações”. Fazendo referência ainda à representatividade como um fator importante que influencia tanto a legitimação das associações (que representam os seus associados), como a das Chefias militares (cuja capacidade de representação junto do poder militar pode estar, de certo modo, limitada). E neste âmbito, exorta para a já presente capacidade das associações em “se fazer ouvir pelo poder político” de uma forma “silenciosa”, o que pode trazer benefícios para a imagem pública da Instituição Militar.

No âmbito da imagem institucional pública, o referido anteriormente entra concordância com os fatores que Belchior Vieira (2004, p. 8) refere enquanto favoráveis à imagem pública institucional, resumidamente: a prontidão e eficácia no desempenho das missões atribuídas pelo poder político; a representatividade social e cultural dos militares; uma política objetiva de informações e relações públicas desenvolvida por especialistas; e a assunção da responsabilidade por parte do poder político, em garantir a base orçamental das Forças Armadas, sobretudo quanto ao pessoal.

A imagem pública das instituições militares é essencial para a população. E tendo sido a Instituição Militar distanciada do poder político devido à necessária subordinação da mesma às autoridades civis, ou seja, aos órgãos de soberania, aquando da formação de um Estado de direito democrático, essa Instituição fechou-se de ligações políticas (civis). Algo que afetou a visão da população sobre os militares, que passaram a estar separados do poder político e subordinados a este e, como tal, indiretamente, também a ela própria (Pimentel, 2008, pp. 102-110).

Esta ideia de subordinação constitui uns dos princípios constitucionais estruturantes das Forças Armadas definidos por Pimentel (2008, pp. 102-154). O autor, para além do princípio da subordinação, enuncia outros princípios estruturantes que se podem considerar válidos para todas as estruturas militares e que justificam o facto de se lhes restringirem

certos direitos. Destes salientam-se: a hierarquia, a disciplina, a coesão e, complementando e simultaneamente contendo estes princípios, a condição militar. Sendo esta algo que, segundo o autor (que defende o reconhecimento de uma faceta sindicalista na Instituição Militar, embora esta deva ser tão tímida quanto possível), é suficiente para reduzir a vertente reivindicativa do associativismo militar e fazer este destacar-se pela vertente colaborativa (Pimentel, 2008, p. 285).

Ao tratar a questão da condição militar, Freire (2009, p. 172) referiu que o “discurso dos direitos” e a contestação de práticas disciplinares e relacionais tradicionais” está em consonância com a “emergência das respetivas práticas ligações jurídicas e mediatização informativa”. E, portanto, também este autor “confirma a tese de Charles Moskos”, segundo a qual há uma tendência para o desenvolvimento do modelo “institucional” ou “por vocação” em detrimento do modelo do militar “profissional”. Deste modo, pode criar-se uma janela de conflitualidade numa relação empregador-empregado, em que o empregado negoceia condições de exercício das suas funções, o que pode ir contra as características comuns das Instituições Militares, como a hierarquia e a disciplina. Algo cuja solução pode passar, segundo o autor, pelo reforço na legitimidade e no conhecimento.

Esta aproximação da visão da profissão militar à das restantes profissões, potencia a motivação dos militares para a defesa reivindicativa “de alguns direitos compensatórios da exigente profissionalização”, o que justifica a “existência de associações e movimentos sindicalistas entre os militares”, podendo afetar a hierarquia militar. (Alves, 2011, p. 113).

Assim, parece legítimo concluir que também esta questão da hierarquia constitui um fator da relação causa-efeito entre o associativismo e o funcionamento institucional, já que, como refere Branco (2010, p. 418) também acerca desta temática, a defesa de interesses através de associações “poderá colidir com a hierarquia e com o exercício do comando” se não forem “claramente definidos os seus campos de intervenção, limitando-se a áreas que não conflituem com a disciplina, com a coesão, ou com a operacionalidade” e se essa sua atividade não constituir “um instrumento de apoio à ação dos chefes junto do poder político e da opinião pública” mitigando, deste modo, o problema da representação através da convergência de interesses e objetivos.

A relação que o autor acima citado faz entre o empregador-empregado e a relação hierárquica militar, é o ponto de partida de Monjardet (1996, p. 173-186) ao discutir o associativismo (sindical, em França) dos polícias, que “são profissionais assalariados” que, contudo, segundo o autor, se viram na formação sindical um pouco mais tarde que os restantes assalariados. A divisão que este autor estabelece entre o profissional e o assalariado



não pode deixar de se relacionar com a conclusão de Feuille & Juris (1976, pp. 109-111), quando o mesmo refere que as associações da polícia “podem desempenhar um importante papel no futuro do desenvolvimento ocupacional”, ao contrário da vertente profissional, que só será por elas potencializado se para tal forem incentivadas, dada a sua relação com a hierarquia superior, o que faz com que os autores arguam que “o seu impacto na procura ocupacional pelo estatuto profissional provavelmente tem sido negativo”, contudo, tal facto não supera a influência que as características e especificidades da profissão de polícia exercem para a profissionalização do ramo, sendo que para essa profissionalização, os interesses das associações terão também de ser considerados.

Portanto, a importância do estudo do associativismo (e aqui, sindicalismo), das polícias, reveste de uma importância que, segundo O'Malley & Hutchinson (2007, p. 172) não se coaduna com a “geral falta de investigação e teorização sobre o tema”, pois a sua complexidade tem impacto até no policiamento das forças.

### **2.3. O Associativismo na GNR**

Numa breve pesquisa pode encontrar-se sete associações socioprofissionais na GNR. A primeira surge em 1991, a Associação de Profissionais da Guarda (APG), que Branco (2010, pp. 413-415) defende ser a única cujas ações entraram em conflito com a natureza militar da Instituição. Em 1999 surge a Associação Nacional de Sargentos da Guarda (ANSG) e logo no ano seguinte surge a Associação de Oficiais da Guarda (AOG), cuja pronunciação se dirimiu pela criação da Associação Nacional de Oficiais de Guarda (ANOG) uma década depois, tendo surgido, ainda antes desta, a Associação Socioprofissional Independente da Guarda (ASPIG), em 2005. A qual, tal como a Associação Nacional Autónoma da Guarda (ANAG), criada já em 2012 segundo informa a própria no seu portal oficial (<http://www.anag-gnr.pt>), parece surgir de dissidências no seio da primeira associação criada, a APG. A associação mais recentemente criada ainda não teve lugar de destaque no desenvolvimento mediático ou na abordagem de algum autor pois, pelo que é possível observar no seu portal eletrónico em “[anossacausa.pt](http://anossacausa.pt)”, a mesma surge só em meados de 2015, e dá pelo nome de A Nossa Causa - Associação de Reformados e Pensionistas da Guarda (ANC/GNR). Podemos assim observar que após nove anos de existência de uma só associação profissional da GNR, as restantes começaram a surgir após os incentivos político-legais a partir de 1997 e também devido a ações tomadas pela APG que, segundo Branco (2010, pp. 415-417), iam contra a natureza da Instituição (Branco,

2010, pp. 412-417; Associação Nacional de Sargentos da Guarda [ANSG], 2018; Jornal I, 2012).

Com a criação de outras associações, puderam ser defendidos outros direitos inerentes à condição militar, que poderiam ser postos em causa com as tais ações. Foi assim que cresceu o movimento associativo na GNR de um modo em que, efetivamente, “a massa social, que se apresenta homogénea quando diminuta, adquire normalmente uma maior heterogeneidade com cada aumento do crescimento”. É nesta complexidade de relações sociais, hierárquicas, profissionais e institucionais que reside um certo desvio do associativismo militar ao sindicalismo (Branco, pp. 412-418; Spencer, 1898, p. 471).

Numa reflexão da afirmação de Mendes (2008, p. 16), quando este refere que “a associação é o centro nevrálgico de muitas actividades essenciais para uma sociedade mais rica e solidária”, pode esta influência considerar-se recíproca, na medida em que, como já se compreendeu anteriormente, também a democracia, enquanto potenciadora da socialização, pode justificar o movimento associativo. Contudo, apesar de o regime democrático e o associativismo já se terem estabelecido e evoluído em Portugal ao longo de todo o século passado e do início do século XXI, a liberdade associativa ou as restrições a esta sobre a os militares da GNR, é algo cujo âmbito e características detêm alguma complexidade. O que faz com que a profundidade deste fenómeno na GNR tenha merecido a atenção de poucos autores, destacando-se Carlos Branco (2010, pp. 408-429), que tenta desvendar o fenómeno enquanto uma satisfação dos direitos de cidadania dos militares da GNR e enquanto direito restringido pelas características militares da Instituição.

O autor a que antes se referiu, defende que na realidade portuguesa existe uma certa aversão dos militares ao associativismo e que as associações só surgiram porque os problemas não estavam a conseguir ser resolvidos pelas vias normais, constituindo-se como “uma alteração significativa para a Instituição Militar”. E, assim, segundo o autor, existem dois motivos para a emergência de associações de militares:

“Em situações de dificuldades internas e sobretudo quando os canais da hierarquia deixam de desempenhar cabalmente o seu papel de representação e defesa dos seus subordinados; e quando os militares se sentem marginalizados e o seu reconhecimento e prestígio sociais são diminuídos a níveis inadmissíveis” (Branco, 2010, p. 415-456).

Deste modo, alega tratar-se de um movimento social que surge de problemas internos de representação, causados pela decrescente capacidade de negociação dos Comandantes. Cabendo aqui a referência aos Chefes dos Ramos das Forças Armadas, que a certa altura passaram a ser escolhidos exclusivamente pelo poder político. Estes problemas podem levar

à conflitualidade se não se limitarem às associações os campos de intervenção que “não conflituem com a disciplina, com a coesão, ou com a operacionalidade”, sem os quais, acrescidos da hierarquia, “não haverá certamente militares e muito menos Instituição Militar”. Mas este fenómeno associativo na GNR não se ficou pela criação de uma associação socioprofissional que representasse todos os militares da Instituição. A sua evolução tem passado pela eclosão de novas associações, como se constata anteriormente no início deste subcapítulo, gerando-se uma multiplicidade de entidades associativas, tanto pelas razões atrás elencadas como devido ao incentivo do poder político, “que a partir de 1997, de forma indireta mas real, deu sinais de que as associações seriam um interlocutor privilegiado na GNR”, e também devido a divergências internas na primeira associação criada (Branco, 2010, pp. 409-418; Vaz, 2005, p. 10).

O associativismo profissional no seio de uma Instituição como a GNR, de natureza militar, mas de missões atribuídas maioritariamente policiais, pode, num primeiro relance, originar uma dualidade complexa entre o associativismo militar e o sindicalismo policial (de âmbito civil, como o da PSP, a qual desempenha muitas funções policiais semelhantes às da GNR). O facto de existir esta visão de equiparação da atividade diária da GNR à da PSP fez com que um dos objetivos primários para as associações da GNR fosse precisamente o de passar a ter estatuto de sindicato e que a própria Instituição abandonasse a condição militar que a sustenta. Algo que deriva da ambição em possuir um mais vasto leque de direitos enquanto trabalhadores, possibilitados pelo enquadramento legal já abordado da liberdade sindical, que sempre tem vindo a ser legalmente interdito aos militares. O que é potenciado pelo facto de mesmo os militares, sujeitos às inúmeras restrições e deveres da sua condição militar, se sentirem cada vez mais integrados na sociedade devido à evolução sociopolítica e cultural da mesma (Branco, 2010, pp. 420-425; Carrilho, 1994, pp. 157-159).

A especificidade e complexidade já referida do associativismo profissional na GNR pode observar-se pelo percurso legal que o tem envolvido. Para além dos Decretos-lei de 1974 e 1975 anteriormente referidos que se verteram posteriormente nos preceitos constitucionais também já elencados atrás acerca da liberdade de associação e liberdade sindical, o associativismo militar veio a ser regulado pelo artigo 31.º da Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), que veio posteriormente a ser alterado pela Lei Orgânica n.º 4/2001, de 30 de Agosto. Esta veio a ser substituída pela Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho, a Lei de Defesa Nacional (LDN) que vem também consagrar a liberdade de associação no seu artigo 31.º restringe a liberdade sindical e o direito à greve no seu artigo 27.º e ainda se refere à liberdade de expressão, direito de

reunião e de manifestação. Contudo ainda antes da LDN, os militares viram o seu direito de associação profissional regulado por lei própria: a Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto, que salvaguarda no seu artigo 3.º as restrições impostas pela alteração da Lei n.º 4/2001, acima referida, e no artigo 4.º, vem ainda adiantar que “o estatuto dos dirigentes associativos é aprovado pelo Governo mediante decreto-lei”, o qual se oficializa com o Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto. Entretanto, com a Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro, os sindicatos da PSP viram regulado o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do seu pessoal, já há muito esperada por os agentes dessa força policial. Este aspeto veio contribuir para, dois anos mais tarde, também a GNR ver formada a base jurídica para a sua atividade associativa através da Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto. Ainda assim, esta nova lei salvaguardou, no seu artigo 1.º, a sujeição à legislação anterior naquilo que ela não contemplasse. Esta lei traz algumas novidades para o movimento associativo naquela Instituição: maior abrangência do âmbito de atividade das associações; menor restrição das categorias hierárquicas quanto à associação a que podem pertencer; maior interferência das entidades associativas na atividade e decisões da própria Instituição. Portanto e, apesar de a própria lei consagrar, no número 2 do seu artigo 1.º a proibição do associativismo da GNR se revestir de natureza sindical e, no seu artigo 4.º, definir “a coesão e a disciplina” como bases da Instituição que não podem ser afetadas pela atividade associativa, toda esta nova lei conduz à perceção de uma aproximação à vertente sindical pela qual se regem as associações de profissionais de instituições civis. Em complemento desta lei e por ela já indiciado no seu último artigo, surge o Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro, o qual, no fundo, regula a constituição e funcionamento das associações e condições dos respetivos associados e ainda os aspetos que anteriormente se referiram como tendencialmente sindicais: a reunião de associações e unidades da GNR; as propostas das associações para a Instituição; e a qualidade dos dirigentes associativos (cabendo no ensejo do Estatuto dos dirigentes associativos dos militares das Forças Armadas, aprovado no ano anterior) (Rego, 2004, pp. 190-192; Branco, 2010, pp. 408-432; Carrilho, 1994, pp. 157-162; Correia, 2006, pp. 95-104).

Apesar da regulação do associativismo na GNR ter culminado com o diploma legal anteriormente referido, em 2008, pelas razões atrás elencadas, o fator de deriva sindical do qual se discorreu há pouco continuou a ser alvo de insistência no meio político. Pois tal como muitas outras vezes no passado, por proposta do Partido Comunista Português (PCP), pretendia o Grupo Parlamentar desse partido alterar o Decreto-lei n.º 233/2008 em prol da criação da figura de delegado associativo (algo semelhante à figura dos delegados sindicais,

prevista na legislação que regula o sindicalismo na PSP) para representar as associações junto das unidades da GNR. Contudo, este Projeto de Lei n.º 343/XIII/2.<sup>a</sup> proposto em finais de 2016 acabou por ser rejeitado já no final de 2017 (Branco, 2010, pp. 433-442; Partido Comunista Português [PCP], 2016; AR, 2002).

Deste quadro jurídico do associativismo profissional na GNR pode concluir-se que, de facto, são as dinâmicas sociais internas e externas da Instituição Militar que fazem com que seja necessário adaptar o regime legal do movimento associativo. A evolução deste quadro legal específico parece, então, estar embebida numa tentativa de satisfazer a complexa dualidade militar-policial e balancear os direitos associativos dos militares enquanto profissionais de uma instituição pública com as restrições que obrigatoriamente se lhes impõem pela natureza da Instituição e a sua consequente condição militar, também ela consagrada no ornamento jurídico português. O que começou com as “transformações tecnológicas e organizativas” e com a expansão da democracia que levaram, em certas condições austeras e economicamente desfavoráveis para os militares, ao reconhecimento europeu do associativismo militar, à evolução da defesa dos direitos e interesses dos militares e dos polícias, à aproximação dos militares à sociedade e, consequentemente, à legislação que facultasse essa “desmilitarização da sociedade”. Atentando que, a perda de alguns benefícios devido a essa aproximação implica a manifestação de descontentamento coletivo e a consequente reivindicação de direitos interesses. A qual, pela direção que é levada tanto na Instituição Militar, como nas organizações policiais, faz carecer da sua regulação numa estrutura que se encontra entre uma e outra, como se verifica e, relação à GNR. (AR, 1989; Carrilho, 1994, pp. 158-165; Branco, 2010, pp. 433-442).

## **CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS**

### **3.1. Metodologia**

Estabelecer uma metodologia de investigação é essencial para que esta se revista de uma sólida base científica, dado que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo” (Lakatos & Marconi, 2003, p. 83).

Inserindo-se no mestrado integrado em ciências militares na especialidade de segurança, da Academia Militar, este trabalho de investigação cumpre as normas e procedimentos internos da Academia Militar quanto à elaboração dos Trabalhos de Investigação Aplicada (TIA), seguindo toda a sua forma e estrutura pelo disposto na Norma de Execução Permanente (NEP) 522/1.<sup>a</sup>, de 20 de janeiro de 2016, aplicando-se, complementarmente, a sexta edição das normas de referenciação e citação da American Psychological Association (APA).

Esta investigação irá seguir o método de análise hipotético-dedutivo “desenvolvido por Karl Popper a partir de críticas à indução”, das quais o autor constrói a teoria “segundo a qual uma hipótese só admite prova empírica – e tão-somente após haver sido formulada” e da qual se “gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 144, Freixo, 2012, p. 108; Popper, 2004, p. 30).

Portanto, em primeiro lugar, interessa definir com exatidão o fio condutor da investigação, explicitando bem o problema “para que se vislumbre a sua questão central”. Algo que pode assumir a forma de uma pergunta que seja tão clara, realista e pertinente quanto possível, “através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber” e que possibilite a “ruptura com os preconceitos e as noções prévias”, de modo a seguir uma linha orientadora em busca da resposta à questão, evitando a dispersão de reflexões e de esforços desnecessários (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 32-34; Freixo, 2012, p. 187).

Como tal, para esta investigação é proposta a seguinte pergunta de partida (PP) que delimita o seu problema:

PP - De que forma pode a atividade das associações socioprofissionais da GNR influir no desenvolvimento dessa mesma Instituição?

Para melhor responder a esta questão delimitadora do estudo e, consequentemente, ao problema em si, com base nas variáveis identificadas e nos objetivos propostos por esta investigação, propõem-se algumas perguntas derivadas (PD)<sup>2</sup>:

PD1- O modelo de atuação e as estratégias associativas seguidas pelas associações da GNR é convergente com a estratégia da Instituição?

PD2- A atividade associativa tem consequências para o funcionamento Instituição quanto à sua natureza e estrutura militar?

PD3- A atividade associativa decorre segundo um quadro legislativo adaptado à sua contribuição para o desenvolvimento da GNR?

Segundo Quivy & Campenhoudt, (2013, p. 119-139) “um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou várias hipóteses” sendo que “raramente é suficiente uma única hipótese para responder à pergunta de partida. Estas hipóteses têm por base proposições acerca da relação entre as variáveis do problema, podendo ser formuladas, segundo Freixo (2012, p. 194), “pela observação da realidade” estabelecendo uma relação entre fenómenos ou conceitos, ou “geradas a partir da teoria”, propondo um efeito prático de pressupostos advindos de proposições teóricas.

Posto isto, como “resposta provisória à pergunta de partida da investigação”, enunciam-se as respetivas hipóteses (H) (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 137):

H1 - As divergências de interesses entre associações e entre estas e o Comando da GNR, trazem obstáculos ao desenvolvimento organizacional e social da Instituição.

H2 - Existe uma dicotomia entre a evolução do associativismo na GNR e o desenvolvimento desta enquanto Instituição militar.

A verificação destas hipóteses concorre diretamente para a resposta à pergunta de partida e, portanto, ao problema da investigação. Para essa verificação e para responder às perguntas anteriormente apresentadas, recorre-se a uma metodologia de recolha de dados qualitativa, porquanto se pretende “descrever ou interpretar, mais do que avaliar” dando “um sentido ao fenómeno” consubstanciando-se com o método de observação indireta, já que “o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada”, o que neste trabalho se traduz no estudo do fenómeno associativo na GNR através de entrevistas a fontes humanas ligadas a essa temática (Freixo, 2012, p. 173; Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 164).

---

<sup>2</sup> Ver Apêndice A – Modelo de Análise

### 3.2. Métodos e materiais

Visando este trabalho de investigação “a análise das mudanças sociais e do desenvolvimento histórico dos fenómenos sociais” um dos métodos de recolha de informação utilizados foi a recolha de dados documentais. A qual consistiu na consulta documental e de elementos bibliográficos disponíveis, quer em formato físico quer em suporte digital. Essa recolha materializou a fase exploratória do trabalho, através das leituras nas áreas sociológicas militar, policial, das profissões e das organizações e na área específica dos movimentos associativos, a partir de um conjunto de premissas sustentadas por essas bases. E permitiu o desenvolvimento do enquadramento teórico explanado nos primeiros dois capítulos do trabalho (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 203; Gil, 2008, pp. 50-51).

Esta é uma investigação acerca de um problema cuja especificidade e características não despoletaram ainda a exploração do fenómeno e o desenvolvimento do seu estudo no universo social em questão. Facto que se deve também, em muito, ao seu campo de análise, o qual é bastante delimitado no espaço (diz respeito a uma Instituição militar portuguesa específica: a GNR) e no tempo (o desenvolvimento no associativismo ligado à GNR é relativamente recente em termos de fenómeno social). Como tal, o conhecimento existente em torno do fenómeno do associativismo na GNR assenta ainda em grande parte em conhecimento empírico, “carente de objetividade”, que se distingue do conhecimento científico pela forma de observação (Freixo, 2012, p. 65; Lakatos & Marconi, 2003, p. 76).

É nesta forma de conhecimento que versa o instrumento de recolha de dados desta investigação, que visa recolher dados de fontes humanas. Neste trabalho, essa recolha de dados materializa-se na realização de inquérito por entrevista, mais concretamente em entrevistas semidirigidas<sup>3</sup>, visto que este tipo de entrevista “é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”. (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192; Gil, 2008, p. 109).

As entrevistas, que servem de base ao terceiro capítulo deste trabalho, são dirigidas a uma amostra constituída por entidades diretamente ligadas ao processo de evolução e atividade associativa na GNR, quer da parte das associações quer da parte do Comando da GNR, de modo a proporcionar uma perspetiva tanto associativa como institucional. Foi

---

<sup>3</sup> Ver Apêndice B – Carta de Apresentação e Guião de entrevista



possível entrevistar 12 militares da GNR que responderam a todas as questões, à exceção de um entrevistado, que apenas respondeu a parte das questões<sup>4</sup>. Parte das entrevistas foram realizadas de modo presencial enquanto outra parte, dada a impossibilidade de decorrerem presencialmente ou de modo equiparável (por via telefónica ou videoconferência), foram realizadas de modo alternativo, através do preenchimento do guião de entrevista por parte dos entrevistados, em formato de inquérito por questionário de perguntas abertas, fornecido por via de correio eletrónico. Sendo que, posteriormente, integram a análise qualitativa que é realizada sobre as restantes entrevistas<sup>5</sup>.

No capítulo 3 deste trabalho é efetuada uma análise de conteúdo das entrevistas efetuadas. Esta análise de conteúdo, que “é uma técnica e não um método”, proporciona “uma *dimensão descritiva* que visa dar conta do que nos foi narrado e uma *dimensão interpretativa* que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo” (Guerra, 2006, p. 62).

Em prol desta análise e, segundo a proposta de Guerra (2006, pp. 69-70) quanto à técnica já referida, as entrevistas realizadas presencialmente foram transcritas para texto e foi validada transcrição, de cada entrevista, junto dos respetivos entrevistados.

A análise das entrevistas é apresentada em “grelhas verticais” que contêm as sinopses das entrevistas, isto é, as “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados”, permitindo focar apenas “*corpus* central” da entrevista, para mais facilmente fazer a sua “comparação longitudinal” e “ter a perceção da saturação” das mesmas (Guerra, 2006, p. 73).

---

<sup>4</sup> Ver Apêndice C - Lista de entrevistados

<sup>5</sup> As gravações áudio e a transcrição das entrevistas presenciais, bem como as entrevistas não-presenciais integrais, encontram-se em formato digital, na posse do autor, e em CD arquivado.

## CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O processo de investigação, apesar de não possuir um “modelo sequencial fixo”, comporta sempre uma série de fases, das quais faz parte a “colheita de dados e análise de onde é tirada uma descrição detalhada dos acontecimentos relatados pelos participantes que viveram tal situação” (Freixo, 2008, p. 177).

Neste capítulo é apresentada a análise qualitativa das entrevistas com recurso a grelhas de relação entre as questões da entrevista e a sinopse das respostas dos vários entrevistados (E). É apresentada uma grelha de leitura vertical para cada questão constituinte do guião seguido nas entrevistas, seguida da discussão dos resultados. Deste modo e, dado que, na análise qualitativa, “não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores (...), não existem regras rígidas de análise” em que o importante é chegar ao “tipo de síntese em mais alto nível”, e ainda considerando a sensibilidade do tema em questão, foram discutidos os resultados com base nas conclusões mais importantes acerca dos dados fornecidos pelas entrevistas, relacionando-as entre si e validando-os, sempre que possível, com aspetos teóricos anteriormente referidos no enquadramento teórico (Gil, 2008, pp. 175-177).

### 4.1. Análise e discussão da questão n.º 1

Quadro n.º 1- Respostas à questão n.º 1

(E)	Sinopse
E1	(...) A multiplicidade surge de um conjunto de legítimas expressões de vontade e de representação que vão surgindo em cada associação (...). A expressão das associações aumenta bem como o reconhecimento destas (...). Aumentando assim as dinâmicas associativas (...) A Guarda (...) não teria evoluído tanto se não fosse pelas expressões associativas. (...) O associativismo traz mais massa crítica e transporta a GNR para o mundo policial europeu.
E2	(...) A discórdia de opiniões e, sobretudo quando há eleições, as listas de candidatos que perdem normalmente criam novas associações (...). Claro que isto tem consequências negativas, quanto mais associações existirem mais divididos ficam os militares. (...) Deveria ser o Comando, através do seu dever de Tutela, a defender esses interesses. (...) Quem ganha com esta proliferação de associações são os governantes, para os quais se torna mais fácil controlar esse fator. (...) Tendo a ganhar também o próprio Comando da Guarda (...). É a máxima de “dividir para reinar” (...).
E3	(...) Divergência com os dirigentes da associação inicial. A maneira de expor os problemas e as preocupações. A não colagem a ideologia com tendências partidárias.
E4	A ANSG (...) resulta de uma vontade dos sargentos em se unirem e fundarem uma associação (...) para promover os seus interesses e a consagração da sua condição de uma forma mais expressa. As associações de oficiais (...) pelos mesmos motivos de representação da sua categoria. (...) O surgimento das outras associações generalistas (...) não tanto pela necessidade de se verem representados, mas sim derivado de incompatibilizações no seio dos corpos dirigentes. (...) É um impacto negativo. Causa a divisão de massas (...). Vai originar atropelos (...) em prol desse protagonismo. (...)
E5	Desalento com o Comando, Descontentamento com as políticas do Governo, desvalorização da profissão, desentendimentos dentro duma associação que levaram à criação doutra nova. (...) Nem é um problema assim muito complicado. (...) A articulação entre Associações é mais difícil, mas já se conseguiram comunicados conjuntos e posições conjuntas.

E6	O que leva à multiplicidade de associações profissionais nas várias classes da GNR tem a ver com os interesses próprios de cada uma delas (...) a de oficiais, (...) talvez como uma associação mais transversal, por estar alinhada mais com questões estruturais da instituição e não tanto com questões conjunturais. (...) Claro que, cada uma delas, <i>per si</i> , defende mais os seus interesses e problemas específicos, o que pode levar a divergências de opinião e tomada de decisão.
E7	A nível dos oficiais (...) a AOG surge precisamente para interesses mais institucionais do que propriamente da categoria de oficiais (...) também era um veículo de transmissão das próprias vontades do Comando. (...) Dinâmica de defesa (...) de uma forma mais refletida. (...) Ao longo do tempo deixou de estar ativa. (...) Episódios de conflitos de área de intervenção e aumento da força musculada da PSP fizeram com que a ANOG servisse como veículo de transmissão para o exterior daquilo que era o entendimento do Comando da Guarda. (...) Em relação às outras associações, surgem de dissidentes da APG. (...) em rotura com a linha de pensamento e de atuação da APG e em rutura com os dirigentes da APG àquela data. (...) Ao se dividir tanto, “divide-se para reinar”. (...) As que existem seriam mais que suficientes, senão cáímos um bocado na descredibilidade e descrédito. (...)
E8	A necessidade da representatividade das diversas categorias e, mais tarde, os grupos dissidentes das várias associações que foram criando associações rivais.
E9	A eclosão do fenómeno associativo na GNR resultou (...) de uma cada vez maior consciencialização dos seus direitos, por parte dos militares, e do incentivo e apoio que alguns partidos políticos e organizações sindicais deram (...), de modo a, (...), poderem estender a sua influência (...). Resultou também do facto dos militares sentirem alguma dificuldade ou mesmo incapacidade da cadeia de comando, em satisfazer as suas reivindicações e afirmar os seus direitos, junto da tutela política da Guarda. (...) Cada uma das suas categorias profissionais tem objetivos e anseios específicos (...) que faz com que seja “natural” as Associações tenderem a organizar-se de acordo com essas categorias. (...) A multiplicidade permitiu, desde logo, uma maior “escolha”, para quem pretendia associar-se, sem que a meu ver tenha reforçado o poder de representação dos militares, e o reforço na defesa dos seus direitos (...) satisfaz algumas clientelas, mas não reforçou o poder negocial, antes dificultou o exercício desse poder (...) “Dividir para reinar”.
E10	A multiplicidade de associações resultou (...) da segregação por categorias profissionais (...) inscrita na Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29AGO (...). Os guardas sempre procuraram desenvolver um conceito de associativismo transversal, mais próximo do sindicalismo, enquanto ao nível dos oficiais e sargentos, a ideia de associativismo esteve sempre mais ligada às expectativas e interesses específicos das respetivas categorias. (...) A única associação que se manteve una, foi a da categoria profissional de sargentos, Associação Nacional de Sargentos da Guarda (ANSG). Numa instituição fortemente hierarquizada, (...) o associativismo não poderia deixar de traduzir essa realidade, (...). O impacto da multiplicidade, normalmente entendido como negativo, na perspetiva da força associativa, a existir, só poderá ser avaliado nas associações profissionais maioritariamente formadas por guardas. (...)
E12	O entendimento que houve de que uma associação representativa dos elementos de cada Categoria Profissional (...) defenderia melhor os interesses dos militares dessa categoria do que uma única associação que tratasse dos assuntos das três Categorias. (...) A perceção de (...) uma conexão a Partidos Políticos levou à criação de outra(s) associação(ões) desafetas a esses Partidos. O número de associações na Guarda não é excessivo (...) e por isso creio não estar muito prejudicada a representatividade dos militares. O ideal seria haver apenas uma associação por Categoria Profissional.

**Fonte: Elaboração própria**

Dado que um dos fatores importantes e mais salientes do movimento associativo é, desde logo, a multiplicidade de associações da mesma instituição, esta primeira questão pretende explorar o quadro de evolução dessa multiplicidade e as suas consequências. A resposta dos entrevistados a esta questão encontra-se no Quadro n.º 1, acima exposto.

Todos os entrevistados corroboram as razões que deram origem às associações. As quais vão ao encontro das referidas por Carrilho (1994), Pimentel (2008) e Branco (2010), referindo que, quanto às associações constituídas por militares de várias categorias (APG, ASPIG, ANAG), estas surgiram de dissidências internas advindas de desentendimentos entre dirigentes no seio da primeira associação constituída (E2, E3, E4, E5, E7 e E10), e de conotações políticas ou partidárias derivadas do apoio do poder político (E3, E5 e E12).

Também quanto aos motivos de criação das associações de cada categoria profissional (ANSG, AOG ou ANOG) os entrevistados referenciam os pontos identificados no enquadramento teórico. A origem dessas associações prende-se maioritariamente com as necessidades de representação e de cada categoria (E1, E4, E6, E7, E8, E9, E10 e E12) e com as diferentes formas de defender os seus interesses (E1, E3, E4 e E6). Referindo E2 e E9, que a necessidade de constituição de associações advém também de um insuficiente dever de tutela sentido pelos militares ou cumprido pelo Comando, fator que é invocado por Branco (2010, pp. 417-418).

Tendo sido ainda referidos o desalento com o Comando, e com as políticas do Governo, e a desvalorização da profissão como fatores gerais que levaram à proliferação de associações da GNR (E5, E9). Este e os anteriores alegados motivos que estão na origem da criação e proliferação de associações na GNR vão ao encontro do que refere Branco (2010, pp. 415-416).

Quanto ao impacto que advém da multiplicidade de associações ligadas à GNR, E1 refere ser um impacto positivo devido ao aumento de massa crítica. Mas maioritariamente é defendido, por E2, E4, E6, E7, E9 e E10, um impacto negativo, sustentado na maior divisão dos militares, quer no geral, quer entre categorias, e no descrédito que isso causa nas próprias associações, trazendo benefícios apenas para os decisores na ótica de um maior controlo sobre as associações. E é nesta perspetiva que três destes entrevistados invocam, a certa altura, o ditado popular “dividir para reinar”. E5 e E12 não defendem um impacto positivo, mas também consideram que as consequências dessa multiplicidade não são graves.

## 4.2. Análise e discussão da questão n.º 2

**Quadro n.º 2- Respostas à questão n.º 2**

(E)	Síntese
E1	Tem havido até recentemente maior articulação e diálogo entre associações naquilo que é comum a todas elas. (...) Acabando por haver uma sensibilização das associações perante o poder político e perante o próprio Comando da Guarda para os problemas diários. (...) A linha que une as associações (...) passa pelos direitos fundamentais, pelo acesso à justiça, por uma administração (...) justa (...).
E2	Atualmente a APG e ANSG, por exemplo, temos estabelecidos parcerias e ações em comum. A APG (...) tem tanto Guardas como Sargentos (...) não fazendo sentido estarem a defender os mesmos interesses aparte uma da outra. Isto é mais difícil com as outras associações como a APG. (...) Naquilo que são os seus interesses em comum, através de reuniões e de colaboração entre si conseguem defendê-los. (...) Houve uma competição muitas vezes saudável na busca de mostrar resultados. Também o poder político e o Comando teve que alterar a sua maneira de lidar com a diversidade associativa.
E3	As carreiras, os vencimentos, as instalações, as viaturas e a dignidade do militar da Guarda. Muitas vezes existem reuniões conjuntas e discussão dos dirigentes entre si, quando está em causa princípios fundamentais.
E4	(...) Reconhecimento da condição e que se prendem com questões estatutárias, questões de carreira, e questões remuneratórias. (...) Quanto à articulação (...) essa já é mais difícil (...). Procura de representatividade (...) devido à questão (...) da cotização, que traz o dinheiro que permite a uma associação alcançar vários objetivos (...), acessória jurídica, instalações, entre outros. (...) A ANSG tem-se esforçado para ser um meio conciliador

	(...). Para mostrarmos alinhamento naquilo que são as nossas ideias. (...) Têm surgido alguns momentos, pontuais, em que isso acontece, mas apenas em questões plenamente transversais. (...)
E5	É uma tarefa difícil, mas não impossível. Pena que algumas associações se movam com partidos políticos a suportá-las. (...) Os pontos em comum são todos os assuntos que dizem respeito à GNR. (...) Fizemos várias reuniões com todas as associações. Mas (...) é difícil conciliar posições com quem tem decisões já tomadas e vai para as reuniões apenas para as transmitir.
E6	(...) Quando estive mais ligado a esta vertente, não existiam muitos momentos de articulação. (...) As associações têm vindo a ganhar mais maturidade. (...) Considero que, eventualmente, agora, se articulem mais. (...) Todas defendem (...) uma Guarda mais coesa, mais moderna e que represente um melhor serviço ao cidadão, visando a sua segurança. (...) Se uma associação defender o contrário, ela própria extingui-se-á.
E7	As associações (...) devem defender os interesses da Guarda, dos profissionais e depois, <i>per si</i> , defender os interesses específicos da sua categoria. (...) Interesses da instituição, interesses estatutários, requisitos a passagem de reserva e reforma, restrição de direitos. (...) já tem tido a participação das associações em conjunto. (...) E houve reuniões nesse sentido. (...) O ideal seria (...) defendê-los da mesma forma. (...) É pena que não encontremos (...) uma forma igual de os defender. Algo que também poderia ser fomentado pelo próprio Comando da Guarda se este chamasse mais ao processo de alterações as associações, e atempadamente. (...) Não o fazendo, acaba por fomentar a divisão das associações. (...)
E8	Essencialmente, assuntos relacionados com vencimentos, progressões, promoções e condições da reserva e reforma. Através de canais informais e reuniões conjuntas oficiais, tanto com o Comando da GNR, como com a tutela.
E9	(...) A linha comum (...) nas matérias de vencimentos, promoções e carreira profissional, horário de trabalho e tempos de descanso, condições de trabalho nos quartéis, fardamentos e equipamentos. (...) Cada uma tende à defesa dos direitos e interesses da categoria profissional que representava, ou se representava (...). Com maior proximidade nos casos da reforma das forças de segurança de 2006/2007, não houve uma verdadeira articulação entre as várias Associações, e nalguns casos tinham até posições divergentes.
E10	Circunstancialmente, podem surgir interesses comuns, como é, agora, o caso das promoções ou do desbloqueamento das progressões horizontais, mas, por norma, os interesses são diferenciados entre as categorias representadas nas associações. E é normal que assim seja, tendo em conta a natureza e organização da Guarda. (...) Os interesses comuns, quando existem, normalmente extravasam da instituição. Veja-se o panorama reivindicativo atual, envolvendo associações profissionais e sindicatos, desde as Forças Armadas até às Forças e Serviços de Segurança, algo muito mais difícil de ocorrer só com as associações de uma mesma Instituição.
E12	Os interesses estatutários, socioprofissionais e deontológicos que sejam comuns às três categorias. (...) Assuntos relativos à assistência na doença, alterações de diplomas sobre matéria disciplinar, deontológica, serviço na Guarda. (...) Matérias respeitantes a sistemas remuneratórios, promoções, colocações, desempenho de funções, devem ser tratados pelas associações de cada uma das respetivas categorias. Desconheço como se articulam entre si e, creio que, nalguns casos, não há articulação possível dada a animosidade entre algumas das associações.

**Fonte: Elaboração própria**

O Quadro n.º 2 acima exposto, explana as respostas à questão n.º 2 colocada aos entrevistados, que pretende averiguar os interesses comuns mais frequentemente expressados entre todas as associações e a articulação delas para a defesa desses interesses.

Entre o discurso dos entrevistados (E1, E3, E4, E6, E7, E8, E10 e E12), é possível denotar interesses em comum que mais frequentemente são defendidos pelas associações: direitos fundamentais, administrativos e disciplinares, questões remuneratórias, interesses da própria Guarda, questões estatutárias, questões de carreira como progressões e reserva e reforma. Existindo outros interesses específicos defendidos, como os que respeitam a instalações, viaturas e dignidade do militar (E3) (um dos objetivos do Comando da Guarda (GNR, s/d, p. 79)), e merecem ser referidos: acesso à justiça (E1), coesão e modernização (E6), assistência na doença e alterações de diplomas (E12).

Quanto à articulação entre as associações, esta pode ser considerada como difícil de estabelecer (E4, E5, E7, E10 e E12), apesar de ter vindo a existir uma tentativa de maior

articulação (E1, E2, E4 e E6), nomeadamente através de reuniões (E2, E5, E7 e E8), tendo em conta que parte dessa articulação extravasa a Instituição (E10).

### 4.3. Análise e discussão da questão n.º 3

**Quadro n.º 3- Respostas à questão n.º 3**

(E)	Sinopse
E1	Umas associações têm uma forma de estar mais de, digamos, contrapoder. Outras associações têm uma forma de estar mais de compromisso efetivo na prossecução de interesses. (...) O que se reflete na apresentação de propostas, as quais têm de ser exequíveis e credíveis perante aquilo que é a estratégia quer do governo, quer da própria Guarda.
E2	Naquilo que é comum às associações, já temos feito ações e reuniões com todas as outras associações. (...) Havendo consenso nalguns pontos, há todo o interesse em nos reunirmos em prol de todos os profissionais. Claro que naquilo que não estamos em sintonia, cada uma percorre o seu caminho (...).
E3	(...) A ASPIG privilegia a resolução interna dos problemas, o apoio diário e o contacto com os serviços sociais e os serviços de psicologia na ajuda muitas vezes desesperante de alguns militares à beira do abismo.
E4	(...) Nós enquanto associações devemos promover, antes de mais, o interesse institucional. (...) Só depois ver salvaguardados os interesses de índole mais particular. (...) Hoje em dia ainda há muito a visão contrária, que olha primeiro para o seu “eu”, o que é, se calhar, o princípio do sindicalismo. (...) A segunda questão que nos diferencia (...) é a defesa da condição militar. Porque é esta que nos identifica (...) esta dupla condição tem de se reconhecer (...).
E5	A ANOG prossegue o interesse da GNR acima de todos os outros. E paralelamente analisa os cenários na ótica dos Oficiais (...).
E6	Em termos de classes profissionais, somos contaminados pelas funções formais que temos. (...) Creio que quanto à linha de atividade, as associações de oficiais se queiram fazer ouvir mais junto do Comando, da tutela, numa ótica de maior privacidade e as outras associações, (...) têm outras linhas de atuações em que se expõem mais.
E7	(...) As associações de oficiais tem tido uma postura mais de colaboração e entendimento na resolução de problemas com a tutela e com o Comando da Guarda. E não partir do pressuposto (...) como se parte nalgumas associações em que se vê a necessidade de se apresentar perante a comunicação social ou perante os sócios, (...). Acabam por defender interesses que, (...) acabam por não ser assim tão importantes. (...) Alguns interesses defendidos pelas próprias associações conflituam até com a própria condição militar. (...) Sede de protagonismo em demonstrar perante todos que há trabalho feito. (...) Às vezes os interesses e a linha de os atingir divergem porque algumas associações interessam-se mais por esses assuntos importantes e outras interessam-se por outras temáticas que, não são tão prioritárias. (...)
E8	A linha de atividade de cada associação difere com base nas diferenças que constam nos diversos programas/linhas de ação propostos pelos corpos dirigentes e aprovados pelos seus sócios. Por norma, são o reflexo dos problemas/preocupações de cada categoria, influenciados pela conjuntura política.
E9	(...) A linha de atividade não difere muito, umas das outras, o que por vezes é aparentemente diferente, é a forma de reivindicar, o discurso, o modo e os instrumentos como exercem a pressão sobre a cadeia de comando ou a tutela política.
E10	As associações de oficiais e de sargentos, (...) em muitos casos, é o principal alvo da atenção e contestação do associativismo assente na categoria de guardas. Com frequência, torna-se evidente o conflito de interesses entre as diferentes associações. (...). Sendo diferentes os interesses, a linha de ação para os defender também é diferente, podendo dizer-se que as associações de guardas tendem a adotar uma estratégia de confronto, enquanto as associações de oficiais privilegiam a estratégia da influência e da negociação informal. A associação de sargentos, sem afastar posições reivindicativas e “ações de luta” fortes, procura preservar a imagem de respeito e dignidade institucional, como forma de assegurar vantagens negociais, nas relações com o Comando superior da Guarda e com a Tutela política.
E12	(...) Não identifiquei diferenças nos processos de atuação. Os objetivos eram iguais e as modalidades de ação visavam sempre questionar os poderes (Políticos e do Comando da Guarda) sobre o que as quatro Associações, (...) entendiam ser de corrigir nas três áreas de atuação (...). Diferente era o empenho e o ruído com que faziam as suas exigências e, naturalmente, como conseguiam aceder aos meios de comunicação social para fazer passar as suas mensagens.

**Fonte: Elaboração própria**

A questão n.º 3, cujas respostas são apresentadas no Quadro n.º 3 acima exposto, pretende explorar as diferenças entre as várias associações, no modo como elas defendem os seus interesses.

Todos os entrevistados corroboram interesses divergentes, confirmando a tese de Bucher e Strauss (1961), e uma notória diferença no modo como as distintas associações prosseguem os interesses. Evidencia-se o fator de exposição mediática como o que distingue mais as associações, pois algumas exercem a sua atividade de modo mais recatado (E6, E7, E10 e E12). Nomeadamente devido à sua vontade de expressão perante a comunicação social (E7 e E12). Também os interesses de cada uma e a postura das várias associações perante os interesses do Comando da Guarda influem na divergência das suas linhas de atuação, dado que algumas das associações estão mais alinhadas com este (E1, E5, E6 e E10), enquanto outras exercem a sua atividade numa vertente de oposição aos poderes constituídos, quer políticos, quer da própria Instituição (E1, E4, E5, E7, E8, E9, E10 e E12).

#### 4.4. Análise e discussão da questão n.º 4

**Quadro n.º 4- Respostas à questão n.º 4**

(E)	Sinopse
E1	Vejo isso como um aspeto positivo pois significa um aumento de massa crítica (...). E é a pluralidade de pensamento que leva a encontrar soluções para os problemas (...) que mesmo conflituantes ou divergentes partem de um pressuposto que é o avançar de um <i>status quo</i> existente (...). Isto ajuda a que (...) os militares da Guarda sejam respeitados num clima de modernidade e que sejam valorizados (...).
E2	Essas divergências, no fundo, não trazem bons resultados se fizerem aumentar a proliferação de associações pela fomentação da divisão de interesses. (...) Permite o maior controlo ou, digamos, supressão dos profissionais (...).
E3	(...) O respeito que ao longo dos anos esta associação tem granjeado junto dos decisores políticos, do comando e no universo dos militares.
E4	(...) Há que dar espaço ao diálogo sempre que possível. (...) Muitas vezes esse diálogo não existe ou não é proporcionado. (...) Havendo expectativas (...) gera-se uma transformação daquilo que era uma causa a prosseguir, num caminho mais de oposição. (...) Estas divergências criam-se devido a interesses muito específicos a que as várias associações se agarram para ter o tal protagonismo (...).
E5	(...) A ANOG defende intransigentemente a transparência, a seriedade e a união entre Oficiais. Só assim será possível prosseguir os seus interesses, que pensamos serem os interesses da própria GNR.
E6	(...) Dissonância naquilo que é o interesse superior da Guarda. (...) O impacto que isso tem, é que, de facto, podem não tomar posições em uníssono. E para o poder político, haver divergências de opinião relativamente a assuntos mais estruturais, pode levar a que não se consigam atingir os objetivos mais profundos. (...) As associações (...) devem então ter um interesse também centrado na filantropia (...). Algo que não tem que ver só com pressão política, tem que ver eventualmente com, por exemplo, estabelecer protocolos e colaborações institucionais. (...) Não discutindo o sindicalismo, por vezes as associações divergem um bocadinho para essa linha, que é ténue. Na minha opinião as associações de militares devem nortear-se pela sensibilização, e não como um permanente veículo de pressão.
E7	O Poder Político acaba por efetivamente olhar para nós sem olhar como um todo e aproveita-se destas divergências para colher de cada uma das associações aquilo que lhe interessa. (...) As divergências trazem muito de mau e pouco ou nada de bom.
E8	Poderá ser positivo, no sentido de abranger mais interesses, no geral. Contudo, se não existir coordenação, poderá ser negativo no sentido de existirem contradições ou pluralidade de opiniões sobre o mesmo assunto. A falta de entendimento, poderá causar um impasse nas negociações com o poder político.
E9	(...) Por vezes os interesses são coincidentes, porque quando falamos de vencimentos, ou de promoções, isso é relevante para todos os militares. Mas o modo de reivindicar a promoção a oficial general, há-de ser diferente do de reclamar a promoção a cabo por escolha, pese embora serem ambas aspirações legítimas para cada uma das categorias profissionais envolvidas. Logo, não me parece estranho, acho até salutar essas divergências. (...)

E10	(...) Numa instituição fortemente hierarquizada, com o pessoal dividido por categorias, os interesses dos associados a defender por cada associação são, necessariamente, diferentes, ainda que em determinados contextos possam surgir convergências, em regra, motivadas por situações exteriores à instituição. Não há memória de convergência das associações contra o Comando da Guarda, sendo mais comum a posição conjunta contra a Tutela política.
E11	As divergências, a existirem, poderão eventualmente ter impacto nos associados e não no Comando da Guarda. O Comando da Guarda ouve todas as Associações de igual forma, independentemente dos interesses de cada uma, nos moldes e com as limitações previstas na legislação que regula a atividade.
E12	O impacto é negativo se existirem várias associações a defender interesses da mesma categoria profissional, e pior, ainda, se essas associações, estiverem de relações cortadas. De qualquer forma a maior dificuldade será sempre para os interlocutores (Ministério da Administração Interna ou Comando da Guarda) que terão de dialogar com múltiplos dirigentes, frequentemente, reivindicando coisas distintas.

**Fonte: Elaboração própria**

Ao existirem interesses divergentes entre as diversas associações, a questão n.º 4, cujas respostas dos entrevistados à mesma se encontram acima resumidas no Quadro n.º 4, pretende encontrar e averiguar o impacto que essas divergências de interesses trazem para a Instituição ou para o próprio movimento associativo.

Os entrevistados E9, E1 e E3 veem esta questão como um aspeto positivo, respetivamente, devido a questões de diferentes perspetivas e modos de atuação, devido a essas divergências proporcionarem um destaque individual positivo da associação que representa e devido à diversidade de pensamento que leva à evolução. Sendo que E8 evidencia este último fator enquanto um aspeto positivo, mas pondera a sua negatividade quando estas divergências se expõem perante o poder político, o qual é o principal recetor das posições conjuntas das associações (E10).

É com base nesta vertente negativa que a generalidade das respostas dos entrevistados se alinha quanto a esta questão, vincando o facto de essas consequências se refletirem bastante na relação que o poder político tem com as associações (E2, E4, E6, E7 e E12).

#### 4.5. Análise e discussão da questão n.º 5

**Quadro n.º 5- Respostas à questão n.º 5**

(E)	Sinopse
E1	A visão do Comando, se (...) for igual à do sindicalismo ou das associações, o próprio associativismo perde o seu espaço na instituição (...). Se uma organização (...) tiver em linha de conta com a valorização dos seus quadros (...) acaba por valorizar os seus recursos (...) valorizar o espaço de intervenção própria das associações. (...) As associações acabam por seguir uma linha de atividade paralela ao Comando, naquilo que são os interesses comuns que realmente fazem sentido serem defendidos perante a tutela.
E2	As que o Comando desde sempre mostrou que defende e concorda com as associações é a falta de meios e de efetivo (...). E até nas questões remuneratórias que é, na Guarda, o tema principal até.
E3	(...) A ajuda permanente aos mais frágeis e em situações difíceis, a solicitação dessa ajuda e também da nossa denúncia através de notas internas, sem alarido de situações concretas no terreno.
E4	Tenho alguma dificuldade em dar conta daquilo que é concertante. (...) Não existe uma visão, “corporativista” (...) do Comando perante as associações. E haveria muitas formas de fazer isto. (...) O próprio Comando, se exercesse cabalmente o papel de defesa dos direitos e interesses dos militares, nem faria sentido existirem estes mecanismos. Se estes mecanismos efetivamente existem porque não aproveitá-los em prol da instituição?! (...)



E5	O Comando da Guarda tem que comandar a GNR de acordo com a intenção do nosso Comandante Geral. A ANOG reúne o consenso dos seus associados e é com base nesse consenso que toma as posições e emite os comunicados a transmitir as suas ideias em relação a qualquer assunto.
E6	O que os militares esperam do Comando da instituição militar é que este exerça o seu dever de tutela (...). Que tem muito que ver com a qualidade de vida dos militares, com o seu bem-estar, e com condições de trabalho condignas. Nesta parte em particular, os objetivos devem ser coincidentes (...). As associações não se criam para estarem alinhadas com o Comando. (...) Não estar alinhadas, não implica serem contrárias. Podem complementar-se. Pois certos problemas ou vontades são muito específicos de cada categoria em particular.
E7	(...) Mal seria que as associações não tivessem embutida a virtude de lealdade, traduzida numa confiança máxima no Comando que lhes permita transmitir o que efetivamente vão pensando. (...) O Comando da GNR acaba por deixar um pouco de fora as associações na participação em certos processos, sentindo-se as associações fora dos processos de mudança na instituição (...). O ideal seria o Comando da Guarda ter uma linha de pensamento com linhas estratégicas bem definidas, explicando às associações os mecanismos possíveis para as seguir. (...) Assim não sendo, quem perde é a Guarda com um todo, os seus militares, e o cidadão.
E8	Por regra, não existe concertação. No entanto, a natureza da instituição e os direitos fundamentais dos militares são coincidentes.
E9	(...) As que passam pelo bem-estar dos seus militares e a satisfação dos direitos referentes às carreiras profissionais, promoções, vencimentos, e horários de trabalho. (...) Considerando que na função ou visão do Comando da Guarda se devem contemplar a defesa dos direitos dos seus militares e a satisfação dos seus interesses, com os recursos postos à sua disposição pela tutela, as associações não teriam razão de ser, se fossem satisfeitas, a contento, os anseios e interesses dos militares. (...) No atual modelo social e político a realidade é diversa, e foi alargado o número e qualidade dos atores sociais, pelo que as representações de classe profissional, mais ou menos organizadas, são hoje parceiros na discussão dos temas relativos à vida interna das organizações e dos direitos e interesses dos seus elementos.
E10	Em várias circunstâncias, as reivindicações das associações coincidem com o entendimento do Comando da Guarda. Quando as associações lutam por mais meios e condições para o exercício das tarefas e funções policiais, ou mesmo quando reclamam promoções e melhores vencimentos, fazem-no com foco no Governo, não tanto no Comando da Guarda, que pode retirar vantagens institucionais dessas reivindicações associativas. As associações de oficiais e de sargentos sempre defenderam a condição e natureza militar da Guarda, em alinhamento com o Comando da Guarda, em determinados momentos, mesmo contra o poder político.
E11	As associações profissionais perseguem fins naturalmente diferentes da Guarda, enquanto organização. O Comando da Guarda não almeja fazê-los coincidir, antes os respeita e compreende, sendo certo que, não raras vezes, são as comunicações das próprias Associações ao Comando da Guarda, através do Gabinete do Comandante-Geral, que permitem identificar e corrigir determinado tipo de problemas.
E12	Durante o meu comando a associação de Sargentos intervinha com sentido pedagógico e esclarecido, defendendo, não só os interesses dos seus associados mas, também, os da GNR.

**Fonte: Elaboração própria**

A quinta questão da entrevista tem como objetivo explorar o que da atividade associativa conflui com o Comando da Instituição naquilo que são os vários objetivos deste. O que, segundo Branco (2010, p. 418), influencia a representação interna e externa das próprias associações.

Através do Quadro n.º 5, encontra-se desde logo a referência dos entrevistados E1, E4, E5, E6, E8, E9 e E11 à necessidade de a visão de ambos os lados ser distinta, caso contrário não haveria razão para a existência das associações porque, à semelhança do que E2 refere relativamente à questão n.º 1, significaria o pleno cumprimento do dever de tutela.

Ainda assim, alguns entrevistados consideram que existem questões defendidas conjuntamente com o Comando: interesses comuns relativos à Instituição, em geral (E1 e E12); carência de meios materiais e humanos e questões remuneratórias (E2 e E10); auxílio aos militares em situações mais difíceis (E3); qualidade de vida, bem-estar pessoal e profissional dos militares (E6); natureza da Instituição e direitos fundamentais (E8).

Os entrevistados E5, E9, E10, E11 e E12 referem que, numa perspectiva de complementaridade, as associações estabelecem diálogo com o Comando da Instituição, de modo a identificar e solucionar mais facilmente certos problemas estruturais e funcionais. Algo que, segundo Feuille & Juris (1976) afirmam, pode efetivamente acontecer, se o Comando incentivar à participação das associações numa perspectiva colaborativa.

#### 4.6. Análise e discussão da questão n.º 6

**Quadro n.º 6- Respostas à questão n.º 6**

(E)	Síntese
E1	(...) Procuramos sempre aqui acompanhar a modernidade e as tendências e exigências sociais. (...) O modelo atual é criticável porque não responde às necessidades emergentes (...) baseada no posto e não nas competências. (...) Deveria haver uma capacitação mais construtiva e inclusiva. (...) As associações (...) não podendo definir o modelo, podem defender esses mecanismos de organização que hoje ainda são despesistas, obsoletos (...).
E2	(...) Até ao 25 de abril, a GNR era mal vista enquanto uma força do Estado. Nós tentamos modificar um pouco essa imagem provocando a nossa aproximação à sociedade e fomentando uma imagem humana e profissional (...). Isso influencia a confiança da sociedade (...).
E3	As associações são fundamentais naquilo que, razões óbvias, o comando não pode pressionar junto dos governos e partidos com assento parlamentar com o objetivo final do bem-estar económico/financeiro do militar da Guarda.
E4	As associações (...) têm um papel fundamental no desenvolvimento social. (...) Temos uma sociedade muito individualista, o que acaba por se refletir na instituição (...) As associações pretendem transmitir uma envolvimento de todos os militares e aproximá-los (...). Os militares vivem à parte é uma sociedade em que hoje em dia só se trabalha (...) não se dialoga. (...) As associações têm esta mais-valia de promover o relacionamento (...).
E5	As Associações devem ser forças de associação de ideias, devem unir as pessoas em torno dos seus objetivos e contribuir com propostas proactivas a apresentar ao Comando da GNR. Devem ser despidas de interesses individuais e serem os seus membros um exemplo de trabalho na busca do interesse geral. E devem estar atentas ao que vai mudando no seu seio e no seio da sociedade para poderem propor medidas pertinentes e adequadas aos novos tempos.
E6	(...) Uma das formas de atuação das associações passa por acompanhar os desenvolvimentos e necessidades sociais. Devem existir para acompanhar as novas tendências. (...) Uma associação que a (...) esteja “fora de moda”, a tendência passa pela sua extinção. É necessário que as associações correspondam às expectativas dos respetivos sócios.
E7	As associações são um mecanismo formal e, se por um lado defendem os interesses dos seus associados, da categoria e dos profissionais, por outro lado acabam por defender os interesses da Guarda e, por sua vez, a permitir que a instituição cumpra a sua missão o melhor possível. E isto tem consequências para o desempenho da Guarda, para a sua imagem e para o seu trabalho no dia-a-dia em prol da própria sociedade. E o ideal é que as associações tenham isto como foco, exigindo a sua própria preparação perante a sociedade.
E8	A GNR e as suas associações socioprofissionais são parte integrante da sociedade e como tal, acompanham a sua evolução e o seu desenvolvimento social. Digamos que as associações são um acelerador de desenvolvimento interno, influenciado pelo ambiente externo.
E9	(...) As Associações podem ter um papel importante nessa área, mas para isso, será necessário mais algum nível de maturidade associativa ou sindical, evoluindo para além das reivindicações salariais, de promoções e carreiras. (...) O comando deve também fazer essa aproximação, fazendo participar as Associações e permitindo-lhe colaborar nessa matéria ativamente, de modo a que sintam que fazem parte da solução.
E10	Nem sempre da forma mais correta, (...) as associações geram dinâmicas favoráveis à modernização e ao alinhamento com as dinâmicas evolutivas da sociedade (...). Nos primórdios do associativismo na Guarda (...) os militares não usufruíam da maior parte dos novos direitos sociais (...) o associativismo contribuiu para a consagração desses direitos para os militares da Guarda.
E12	Enquanto defensoras, exclusivamente, dos interesses dos seus associados as associações não promovem, significativamente, o desenvolvimento social interno ou externo. (...) Isso poderá acontecer quando as associações promoverem, também, o cumprimento dos deveres que cabem aos seus associados. O desenvolvimento social e humano faz-se vendo satisfeitos os direitos que nos assiste mas, igualmente, realizando as obrigações que temos para com os outros e para com as instituições, neste caso a GNR, que servimos.

**Fonte: Elaboração própria**

Com esta questão n.º 6 pretende apurar-se em que aspetos podem as associações socioprofissionais da GNR contribuir para o desenvolvimento social da própria Guarda face aos novos desafios, o que constitui um ponto-chave da visão do Comando da GNR (Guarda Nacional Republicana [GNR], s/d, p. 48).

Apenas E12 refere não existir uma significativa promoção deste objetivo.

A contribuição das associações no acompanhamento da evolução da sociedade pela própria Instituição passa pelas propostas que elas próprias colocam e pelas que conseguem atingir (E1, E2, E3, E7, E8 e E10), as quais devem estar em linha com as tendências sociais que se espelham nas necessidades dos associados (E1, E5, E6, E7, E8 e E10). Os entrevistados E2 e E7 referem que isto se reflete na imagem da Instituição.

O E1 refere a importância das competências como uma dessas necessidades para o acompanhamento dos novos desafios e da realidade social. E4 e E10 referem a aproximação que as associações causam entre o militar da Guarda e o cidadão civil. Algo que vai de encontro aos objetivos da própria GNR (GNR, s/d, p. 80) e que apoia, em conjunto com as ideias essenciais das respostas dos restantes entrevistados, a necessária aproximação à sociedade, confirmando o que Goode (1957, pp. 195-198), Feuille e Juris (1976, pp. 108-109) e Moskos (1977, pp. 42-44) referiam em relação à profissionalização dos militares e polícias ser uma consequência natural da evolução social. E validando ainda a perspetiva que Mendes (2008) tem do associativismo, ao referi-lo como uma potencialidade para o desenvolvimento social da sociedade.

#### 4.7. Análise e discussão da questão n.º 7

**Quadro n.º 7- Respostas à questão n.º 7**

(E)	Sinopse
E1	O estatuto militar da Guarda (...) tem um quadro legislativo como o qual não concordamos (...). Associada a esta natureza está a condição militar dos profissionais, que faz com que eles tenham deveres acrescidos, mas também tem de ter direitos acrescidos. (...) A natureza militar é benéfica se, associada a esta, existir um quadro de capacitação e competências associadas, com os devidos direitos (...).
E2	(...) A condição militar na Guarda, presentemente, só serve para nos dizer que temos mais deveres que os outros, e os direitos têm vindo a decrescer. E (...) temos uma condição militar, mas a nossa atividade principal é de força de segurança. (...) A Guarda (...) tem de reforçar com algo para que se veja essa condição militar como um benefício. Caso contrário isto caminha para a unificação das forças e para o fim do modelo dual, o fim de uma das duas forças. A Guarda deve, sim, ter esse sentido da natureza militar mas tem de garantir algo para que os profissionais considerem essa condição como apelativa.
E3	A dualidade é uma realidade no universo europeu das Forças de Segurança. (...) Ajudar o Comando a resolver os problemas que chegam às associações. E este intercâmbio é benéfico para todos. (...) Este é o objetivo, ou deverá ser, de ambas as partes.
E4	(...) Mais do que essa natureza implicar uma condição militar, tem de implicar uma identidade. Essa natureza militar é apenas uma razão de existência da instituição. (...) Não devemos ter qualquer vergonha ou preconceito em nos identificarmos com a menção de Soldado da Lei (...) mas obviamente devidamente reconhecido e recompensado. (...) Falta passar a consciencialização desta natureza de forma mais clarificadora para aqueles que integram a instituição (...).

E5	Em sede de discussão de vários diplomas legais (lei orgânica, estatuto dos militares, etc.) sempre foi nosso ponto de partida que a natureza militar seja mantida, enaltecida e valorizada. É algo que nos é intrínseco e que se se perder deixamos de ter razão de existir.
E6	Se, com o associativismo, ferirmos algumas características do que é ser militar, estamos feridos de morte, seja na Instituição, seja na associação. As duas coisas podem ser perfeitamente complementares. (...) As associações têm de ser ouvidas perante a tutela na produção legislativa de documentos como leis orgânicas, estatutos, etc. (...) As associações podem ser complementares, mesmo não estando alinhadas com o Comando da Guarda. Claro que, por vezes podem extremar-se posições. Mas deve estar-se sempre dentro dos limites do que é ser militar.
E7	Enquanto a associação de oficiais sempre se pautou por defender essa natureza, outras nem tanto. (...) Quando deixarmos de ter natureza militar, então não vale a pena haver duas forças. (...) Perante a natureza militar, é lógico que há uma atitude intensamente diferenciada. (...) Há um grande desconhecimento por parte dos profissionais da Guarda daquilo que é a sua condição militar e a natureza militar da instituição. E este desconhecimento (...) faz com que estes defendam causas e determinadas situações de forma enviesadas. (...) Mas nestes assuntos a própria instituição tem culpa. (...) Se calhar é altura de se começar a discutir estes assuntos de forma mais aberta de modo a tentar perceber o que é isto na prática.
E8	Hoje, julgo serem compatíveis, no entanto, na sua génese, pretendiam atenuar o lado negativo da “natureza militar da GNR”, como o militarismo, a prepotência e a falta de abertura para o exterior. Em resumo, a atividade associativa moldou a natureza militar da GNR às exigências atuais da sociedade e dos seus militares.
E9	Durante algum tempo esse foi um dos objetivos centrais de duas Associações. (...) Será bom ter em conta que as decisões sobre a natureza militar da Guarda, cabem ao poder político e não ao seu Comando. Mas o Comando tem a meu ver um trabalho importante a fazer, junto dos seus militares. Talvez fosse bom clarificar que além das vantagens para comandamento e operacionalização a Guarda, a condição militar tem maior proteção na vida dos militares como sejam, entre outras, a saída do ativo em idade inferior às dos demais funcionários civis da administração pública.
E10	Historicamente, a génese da atividade associativa teve muito a ver com a contestação da natureza militar da Guarda e a reivindicação de condições semelhantes às do pessoal com funções policiais da PSP. Hoje, essa contestação está mais diluída, mas continua a ser uma das causas profundas de algumas associações (...). As associações de oficiais e sargentos nunca puseram em causa a natureza militar da Guarda, chegando mesmo a intervir em sua defesa.
E12	São os mesmos objetivos que se colocam em relação a qualquer outra organização, embora, considere que numa instituição militar ou de natureza militar o principal defensor dos interesses dos militares deva ser o seu comandante (...). Um comandante prestigiado, competente e respeitado pelo escalão superior, seja ele militar ou político, garantirá a satisfação dos direitos e interesses dos seus subordinados, substituindo-se, assim, a uma “boa” associação e, simultaneamente, protegerá e defenderá sempre a imagem e o prestígio da Guarda.

**Fonte: Elaboração própria**

A questão n.º 7 procura as convergências entre as associações e o Comando da Guarda naquilo que são os seus objetivos quanto à natureza militar da Instituição. Dado que, da parte do Comando, essa natureza é vista como uma potencialidade que pretende ser reforçada (GNR, s/d, p. 36). As respostas que deram origem à discussão a seguir apresentada, encontram-se resumidas no Quadro n.º 7.

Todos os entrevistados afirmam que a natureza militar da GNR pode ser, de facto, uma potencialidade. E4, E5, E6 e E7 referem a necessidade dessa natureza para a subsistência da Instituição no modelo dual português.

Dois dos entrevistados (E1 e E2) não concordam com os moldes em que o Comando da Instituição aplica essa natureza institucional aos seus quadros profissionais e referem ter de haver mudanças no sentido de vincar a natureza militar de um modo social e profissional mais apelativo aos quadros da GNR. E para além disto, deveria ainda existir uma maior sensibilização dos quadros, principalmente na fase de formação, para uma esclarecida consciencialização do que significa e implica essa natureza institucional (E4, E6 e E9).

Dado que, apesar da origem das associações se ter sustentado em parte, na contestação da natureza militar da GNR, hoje esta causa já se encontra mais esbatida (E10). E nesta perspetiva, E3, E6 e E8 referem que as associações podem realmente complementar o Comando na afirmação desta característica institucional.

Esta consensual consolidação da natureza militar enquanto fator distintivo, vai ao encontro da necessidade de restringir o exercício de alguns direitos, tal como o de associação, já referidos por Branco (2010), Vaz (2005) e Pimentel (2008).

#### 4.8. Análise e discussão da questão n.º 8

**Quadro n.º 8- Respostas à questão n.º 8**

(E)	Sinopse
E1	(...) Nós sempre defendemos que o ser-se militar tem que ver com a excecionalidade e não com a normalidade. (...) Admitimos que o “ser-se militar” tem algumas características que nos interessam. (...) Tem que ver com o já referido quadro funcional que tem de ser modernizado. (...) Hoje ainda somos eficazes mas pouco ou nada eficientes e é aqui que temos de trabalhar. (...) O militar já não se pode fazer respeitar pela intimidação, tem de ser respeitado pelo que produz em termos sociais (...).
E2	A legislação nesse sentido está bem definida, contudo a interpretação da mesma é um pouco complicada (...). O fator militar traz estas necessidades do Comando na procura de um controlo hierárquico. (...) Estamos entre as Forças Armadas e as Forças policiais civis, mas quer para um lado quer para o outro estamos pior, porque não temos os direitos nem de uns nem de outros. (...) Isto faz com que a APG atue para tentar alterar esta realidade.
E3	Muitas vezes faz-se confusão dizendo que o militar deverá ter os seus direitos suprimidos e que, (...) não devem ter direitos fundamentais, como o direito à família, ao descanso ou o direito à contestação. Confunde-se muitas vezes a palavra “comandante” com “mandante”, sabendo que arte militar do comandante é zelar pelo bem-estar dos seus subordinados. Nada pode condicionar a transparência e a legalidade democrática.
E4	Não sinto esse condicionamento. (...) Se eu disser o que sinto de uma forma direta, profícua e educada, não há condicionamento (...) Tenho necessariamente de ponderar o ímpeto com que o faço, para as coisas não serem interpretadas como má intenção.
E5	Esta é uma característica que temos que invocar em todas as negociações, pois fazemos parte de dois mundos e se temos o mau dos dois mundos, também queremos o bom dos dois mundos. Infelizmente só temos tido o mau. Os próximos dirigentes da ANOG devem começar por aqui.
E6	(...) Não somos um ramo Forças Armadas, mas somos uma força militar da República. (...) E como tal, os militares possuem condição militar, e essa condição militar veda aos militares determinado tipo de exercícios, nomeadamente o do direito à greve, tipos de manifestações de determinadas características. (...) Nós somos militares. (...) Na dimensão específica do associativismo não há «híbridos». Temos de ter interiorizado aquilo que as Forças Armadas têm como associativismo: apenas e tão só o associativismo militar.
E7	(...) A Guarda (...) tem uma base (...) sólida (...). Mas efetivamente nunca tivemos uma cabeça autónoma ou um comando da própria Guarda. (...) Dada a nossa restrição de direitos fundamentais, é normal que a nossa atividade associativa esta muito mais limitada que a dos sindicatos da polícia e ainda mais relativamente aos sindicatos civis. (...) Essa condição militar, ao limitar-nos determinado tipo de direitos e atitudes, fá-lo porque à partida são os nossos Comandantes que nos devem efetivamente defender. (...) Não deveria haver necessidade de as associações pautarem a sua postura por uma maior agressividade na defesa dos seus interesses. (...)
E8	Atualmente, dado o panorama das associações e sindicatos Forças Armadas e das Forças Policiais e Serviços de Segurança, a natureza da GNR, a atividade associativa da GNR serve também de charneira entre os mesmos e não é minimamente condicionada.
E9	(...) a possibilidade da existência ou não de sindicatos e com o direito à greve que é negado aos militares pela Constituição da República Portuguesa. Logo isso condiciona a atividade sindical no sentido estrito do termo. (...) A diferença entre associações e sindicatos é meramente aparente e mais formal do que material. (...) A atividade das associações atenta a condição de militar dos militares da Guarda, pode ser exercida sem graves perturbações, mas para isso, será necessária uma ação de comando mais ponderada e fazendo permanentes ajustamentos e equilíbrios entre o cumprimento da missão e a satisfação dos direitos e interesses dos militares, sem comprometer aquela.
E10	A condição militar, naturalmente, impõe restrições ao exercício da atividade associativa e impede as associações de natureza sindical, proibindo o exercício do direito à greve e condicionando o direito de manifestação. O associativismo, pugnando por direitos, e a condição militar, assente na restrição de direitos, têm uma natureza antagónica, condicionando-se mutuamente.

E11	Os princípios e as bases gerais do exercício do direito de associação profissional dos militares da Guarda estão definidos na Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, e regulamentados pelo Decreto-lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro. Assim, os limites ao exercício da atividade associativa são os que decorrem do artigo 6.º da referida Lei, em linha com as Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e com a Constituição da República Portuguesa.
E12	Não condiciona nada porque a atividade associativa existe, também, nas Forças Armadas. Por outro lado o associativismo nas Forças Armadas e na GNR está legislado e devidamente regulamentado e, por isso, todos sabem as condições como o podem e devem exercer.

**Fonte: Elaboração própria**

No Quadro n.º 8 anteriormente exposto, constam as respostas à questão n.º 8, a qual tem como objetivo explorar a influência que a posição específica que a GNR ocupa no sistema de forças nacional tem na atividade das associações.

Parte significativa dos entrevistados alega que não condiciona a atividade associativa ou condiciona pouco pois esta tem um quadro legal bem definido que a regula (E4, E8, E9, E11 e E12). Esse quadro legal tem de ser naturalmente restritivo precisamente pela condição militar, a qual pressupõe limites aos direitos dos militares da Instituição, porque deveria ser o próprio Comando a defendê-los (E3, E6 e E7). Algo já argumentado pela corrente teórica do conjunto de autores referidos na discussão da anterior questão.

Contudo, todos os dirigentes associativos corroboram a ideia de que essa mesma posição da GNR merece a atenção das associações, nomeadamente em fazer com que seja sentido e transparecido para os seus profissionais enquanto um fator positivo, que lhes traz mais benefícios e distinção (E1, E2, E3, E5).

Nestes moldes, a atividade associativa naturalmente afeta a condição militar, e vice-versa, principalmente se for exercida sem se ajustar o equilíbrio entre a defesa dos direitos dos militares e as restrições necessárias ao cumprimento da missão institucional, tal como a atividade sindical ou o direito à greve (E9 e E10).

#### **4.9. Análise e discussão da questão n.º 9**

**Quadro n.º 9- Respostas à questão n.º 9**

(E)	Sinopse
E1	(...) Está em causa o não termos alterado o quadro de competências funcionais. (...) Tem havido estruturas burocráticas desconcertantes e duplicação de tarefas sorvedores de recursos humanos em demasia. (...) É através do melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais que as associações podem, mediante a sua pronunciação, influenciar a coesão interna (...).
E2	Quem põe em causa, por vezes, a coesão, é o próprio Comando que deveria ter o (...) dever de Tutela. (...) É um cargo de nomeação política (...). E este fator tira à instituição a total independência que deveria ter (...) das ligações ao poder político (...). É sempre difícil agradar a todos (...). Por exemplo, nesta fase do descongelamento de carreiras (...) a APG tem o apoio dos seus associados e até muitos não associados. (...) E é nestes pontos transversais a todos que se vê a união e a coesão entre as pessoas. (...) A dificuldade do trabalho do associativismo em favor da coesão passa pelo fator de muitas vezes, os profissionais defenderem os direitos que nós defendemos mas acabarem por não querer dar a cara para defender esses direitos.

E3	(...) Devíamos na nossa instituição fazer um congresso de todas as classes. (...) Seria fundamental unirmo-nos sempre com o objetivo final de valorizar a nossa profissão.
E4	(...) A instituição só funciona e só atinge os seus objetivos quando todos são chamados a participar e a colaborar (...). A melhor forma disso acontecer é o diálogo. (...) O princípio do aquartelamento (...) a questão das messes (...). As associações podem promover essa coesão interna ao consciencializar para estes assuntos (...) Se a associação se prestar aos valores máximos da coesão, consegue promover a mesma, respeitando sempre a hierarquia funcional (...).
E5	Maior igualdade entre as categorias profissionais, preocupação constante com as condições de trabalho de todos e não de uma categoria específica. Propor medidas que abranjam todos e não apenas alguns. A ANOG tem mostrado sempre que analisa as situações como um todo e quando propõe algo propõe para todos.
E6	(...) Cada vez mais, independentemente das classes profissionais que representam, devem ter plataformas de entendimento. (...) Promover reuniões entre elas. Pode muito bem a associação de Guardas procurar promover uma reunião com todas as outras. O que é muito profícuo é que todas dialoguem. Essa postura promove a coesão interna. Tanto a coesão interna das próprias associações quer, consequentemente, a coesão interna da própria instituição. Em sentido figurativo, pode existir uma “contaminação positiva”.
E7	(...) Sendo um meio aglutinador de pessoas que defendem, à partida, os mesmos princípios, podem servir, de facto, como um meio de aglomerar fatores dessa aglutinação fomentando a solidariedade e a camaradagem. Contudo, nem sempre assim o é. (...) As associações têm tanto de fator de coesão como de divergência, tanto no seu interior como entre associações. (...) Enquanto fator de coesão só o potenciam dentro de todos aqueles que defendem os mesmos princípios e os defendem da mesma forma. (...) Mesmo dentro de uma própria associação geram-se focos de tensão tal que se criam dissidências que resultam na tal proliferação de associações.
E8	Posições concertadas e que resultem no bem coletivo (de toas as categorias), como vencimentos, promoções, progressões, reserva, reforma, etc.
E9	Fazendo participar as associações na vida interna da organização, aproveitando os seus contributos e resistir à prática instalada em algumas instituições, que se traduz em “ouvir as associações” como mero formalismo, e depois decidimos como queremos. (...) Todos se sentem mais integrados quando reconhecem que os seus contributos são acolhidos, e úteis à organização. (...) Agir, em vez de reagir, ou seja, dar-lhes temas para tratarem e apresentarem propostas de solução integradas e exequíveis.
E10	Em regra, a atividade associativa, pela natureza das coisas, gera tensões e conflitos, sendo quase sempre prejudicial à disciplina e à coesão interna, competindo ao Comando e à Tutela política assegurar as medidas de equilíbrio que defendam a disciplina e a coesão. (...) O diálogo e o reconhecimento do papel das associações são os elementos fundamentais (...). O confronto ou a desconsideração agravam os conflitos com prejuízos para todas as partes. (...) Ouvir e discutir as reivindicações e posições do associativismo é quase tão importante como a própria resolução dos problemas.
E11	(...) Podem existir posições ou declarações públicas prestadas por dirigentes associativos que justifiquem, em nome da coesão interna, a adoção de medidas pelo Comando da Guarda (e.g. divulgação de boletim de informação interna, visando esclarecer o efetivo sobre determinado tema).
E12	O associativismo não beneficia a coesão interna nos moldes em que é exercido. (...) Cria um clima de animosidade entre quem critica e reivindica (...) e a entidade alvo, seja ela o poder político ou o(s) comando(s) da GNR. Enquanto os sujeitos da ação forem “eles” e “nós” a coesão interna estará sempre perturbada. Felizmente que acima dos interesses e dos direitos, frequentemente, exigidos de forma não razoável e injusta, está a sensatez do relacionamento pessoal entre os militares que garante a compreensão para as dificuldades da não satisfação imediata das reivindicações apresentadas.

**Fonte: Elaboração própria**

A questão n.º 9, cujas respostas dos vários entrevistados se encontram explanadas no Quadro n.º 9 anteriormente apresentado, pretende relacionar a atividade associativa com a coesão interna a qual, segundo Pimentel (2008) e a própria Estratégia 2020 da GNR, é um dos pilares das instituições militares.

Existem alguns obstáculos à concretização dessa influência por parte das associações (E1, E2, E4, E7, E10 e E12): estrutura burocrática da Instituição, receio ao exercício do direito de associação, divergências dentro de associações e entre elas, e, posições associativas relativamente ao Comando, ao poder político ou vice-versa, as quais frequentemente geram atritos entre as partes.



Mas é consensual que a atividade associativa pode efetivamente influenciar a coesão interna na GNR, através da sua pronúncia conjunta relativa aos assuntos mais comuns sentidos por todos (E1, E2, E4, E5, E8), e da reunião dos seus membros para promover o diálogo entre as associações e entre estas e o Comando (E1, E2, E3, E4, E6, E7 e E10). Podendo ainda ser o próprio Comando influenciar a coesão interna da Instituição, tanto na reação ao que a essa coesão possa atentar por parte da atividade associativa, como na integração dessa mesma atividade nos processos internos organizacionais e nos contributos para o desenvolvimento institucional (E9, E10 e E11).

#### 4.10. Análise e discussão da questão n.º 10

Quadro n.º 10- Respostas à questão n.º 10

(E)	Sinopse
E1	(...) Quando uma associação é criada e não é ouvida (...), gera-se uma forma de dar publicidade a uma resistência à mudança e a uma desarticulação de respostas face a problemas internos. (...) Quando chegam a público algumas circunstâncias que em nada abonam a favor da GNR (...). Isso causa um impacto naquilo que é a desorganização e a falta de modernidade da instituição. (...) Isto transpõe-se em termos práticos e acaba por transparecer para a criminalidade e para o cidadão.
E2	A comunicação social tem sido uma ferramenta importante para a atividade associativa (...). É uma ferramenta importante através da qual já temos transmitido até aquilo que as pessoas pretendem das Forças de Segurança. (...) A comunicação social tem servido para consciencializar o cidadão para aquilo que se passa na Guarda e para o fato de ter consequências na própria sociedade.
E3	As associações não podem ter medo de elogiar o Comando, os camaradas de serviço e, quando for caso, criticar ou mesmo exigir responsabilidades quando esses mesmos militares excederem as suas competências e, até em casos de crime, pedir publicamente a sua condenação, trazendo para a opinião credibilidade da própria Instituição.
E4	Quando as coisas não são resolvidas internamente (...) temos de partir para outro tipo de solução que passa pela divulgação perante a opinião pública (...) não deveria ser assim. (...) Na maioria das vezes o impacto é negativo. (...) Uma associação que se sirva de um meio de comunicação vai procurar influenciar a opinião pública, porque depois esta vai influenciar a tomada de uma decisão política.
E5	A ANOG não tem por política mostrar-se à CS. Preferimos a comunicação interna pois muitas vezes o que reivindicamos é completamente distorcido pela CS parecendo descabido e injusto. E a CS em geral é muito pouco merecedora de qualquer aproximação principalmente por estar ela enviesada por interesses partidários levando a deturpações que não nos interessam e que só prejudicam as nossas intenções. (...) É melhor fazer sem mostrar ou divulgar, a não ser aos (...) nossos associados, o Comando da GNR ou o Ministério da Administração Interna.
E6	A comunicação social é uma variável não contornável e não controlável (...) As associações (...) têm de ter noção que cada vez que vão para a comunicação social, isso tem impacto. Não só na própria associação, mas muito mais ainda na própria Guarda (...). A Guarda é associada a uma imagem de história, prestígio e (...) confiança. (...) As associações ao falarem publicamente (...), o cidadão encara como sendo a Guarda Nacional Republicana. A habilidade associativa em gerir as relações com a comunicação social pode efetivamente comprometer aquilo que é a dinâmica institucional como um todo.
E7	(...) A Comunicação Social tenta publicar aquilo que mais impacto mediático pode ter. E por não haver (...) uma boa explicação dos problemas, a opinião pública acaba por ser influenciada de forma negativa. (...) O cidadão «normal» que vê o militar da GNR como um cidadão privilegiado (...) acaba por pensar que ali está aquele militar, já cheio de regalias, a pretender mais qualquer coisa. (...) Conjugação de interesses entre os <i>media</i> e as associações para se fazerem ver e ouvir. (...) Muitas vezes, esses direitos serem defendidos sem fundamentação sólida, sem explicar o porquê, procurando apenas fazer notícia. (...) Assim, caímos no descrédito. (...) Felizmente isto já não colhe tanto, porque a população já é sabia o suficientemente para saber ler nas entrelinhas (...).
E8	A imagem pode ser positiva ou negativa, dependendo do comportamento dos dirigentes associativos, das causas que defendem e da forma como a sociedade entende a sua atividade.
E9	(...) Quem melhor contribui para isso, e dá uma boa ou má imagem da Guarda, são os seus militares no desempenho do dia-a-dia junto das populações. (...) É importante ter uma boa política de comunicação, que não se limite a hipervalorizar ações que o não justificam (...) As associações são atores que participam na vida interna da Instituição e nessa medida, o comando deverá contar com elas na sua política ou na sua ação de comunicação.



E10	(...) As associações centram-se nos aspetos menos positivos da vida da instituição que, quando tornados públicos, tendem a produzir impactos negativos, junto das populações. (...) Tornando-se decisivo que o Comando da Guarda acompanhe a atividade comunicacional das associações (...).
E12	(...) A atividade associativa influenciou, sempre, negativamente a opinião pública acerca da Guarda. Como meio de pressionar os poderes (políticos ou comandos da GNR) as associações promovem a publicação de notícias sobre os seus propósitos reivindicativos, passando para a opinião pública a imagem de uma Guarda com muitas insuficiências, dividida, desleixada nos propósitos, etc. A GNR tem carências (...) mas tudo isso deve ser tratado dentro de portas para que o nosso povo não se sinta desprotegido nem a imagem da Guarda desvalorizada. (...) Me apercebo que nada mudou na forma como as associações lidam com o apetite reivindicativo e contestatário.

Fonte: Elaboração própria

O Quadro n.º 10, anteriormente apresentado, representa as respostas dos entrevistados à décima questão da entrevista que lhes foi dirigida e que pretende apurar a influência da atividade associativa na imagem pública da GNR.

De todas as entrevistas se conclui que a atividade associativa pode influenciar a imagem pública da GNR. Podendo ser de forma positiva ou negativa (E8 e E9), dependendo dos dirigentes associativos, da sociedade e da relação entre as associações e o Comando nesse âmbito. Contudo, a maioria dos entrevistados são a favor de um impacto negativo.

As associações tentam influenciar a opinião pública através dos *media* para depois estes influenciarem as decisões políticas (E4). Uma postura menos ponderada, uma relação não tão bem gerida entre as associações e os Órgãos de Comunicação Social (OCS) (E6, E7 e E12), ou mesmo ao ficarem publicamente conhecidos problemas da instituição, são fatores que influenciam a má imagem institucional e um impacto negativo (E2, E4, E5, E7, E10 e E12). Pois, no fundo, ficam denegridos os fatores que Vieira (2004, p. 8) refere enquanto favoráveis à opinião pública de Instituição Militar e pode levar a que, tal como sugerido por Merton (1982), surja uma discrepância entre as expectativas da sociedade e a realidade.

Ainda assim, pode ser considerado positivo para o aumento da credibilidade da GNR perante os cidadãos, através da observação dos pontos positivos e da solução dos negativos (E3) e para, também a opinião pública, isto é, a própria sociedade, tomar parte no rumo da instituição (E2). Uma influência positiva que se efetivaria tanto melhor quanto mais o Comando da Guarda integrasse e acompanhasse, com proximidade e em colaboração, as associações nas suas atividades de comunicação (E9 e E10).

#### 4.11. Análise e discussão da questão n.º 11

Quadro n.º 11- Respostas à questão n.º 11

(E)	Sinopse
E1	Em matérias de direitos, liberdades e garantias, e em matérias de direito administrativo interno. (...) Neste último âmbito a GNR (...) acaba por ser conhecida no mundo judicial por ter recursos nas mais diversas instâncias

	assentes em decisões completamente arbitrárias. E é também ainda muito visível a intervenção das associações a nível estatutário e regulamentar (...). Tem de se uniformizar os procedimentos (...).
E2	As associações, à luz da sua legislação, só se podem pronunciar sobre o estatuto e é nesses termos que mais se pronuncia, (...) é o que traz mais consequências diretas para os profissionais da Guarda. (...) Só nos auscultam, e é esse o problema. É um dos problemas de sermos uma associação e não um sindicato, porque os sindicatos têm direito à negociação, e nós não. (...) O que interessava é que houvesse esse direito para as associações.
E3	Tudo o que tenha que ver com diplomas fundamentais tais como a passagem à reserva/reforma, diplomas sobre os vencimentos e progressão na carreira, horário, promoções e direitos constitucionais.
E4	(...) Às associações é concedida a possibilidade de participarem. (...) É reduzir esta questão a um mero ato administrativo. (...) Mesmo chamadas a participar, têm tido um <i>timing</i> muito reduzido para analisar os diplomas (...) depois não têm poder de negociação. Esta solicitação é mais frequente a nível de alteração estatutária, em questões de regulamentação diversa, nomeadamente, estatuto remuneratório, carreiras, entre outras iniciativas.
E5	Matérias ligadas aos direitos dos militares, aos recursos humanos, às questões operacionais e aos documentos de funcionamento interno.
E6	As associações, sempre que sejam exortadas a pronunciarem-se, não devem perder essa oportunidade. (...) As matérias legais serão tudo o que influencie diretamente a instituição: leis orgânicas, estatutos, regulamentos de avaliação. (...) Se não forem chamadas a pronunciar-se, podem por sua iniciativa solicitá-lo. (...) Se por um lado existem pessoas nas associações com objetivos individuais mais vinculados, existem outras que estão mais comprometidas com a própria instituição. Devemos aproveitar destas a sua força anímica para que deem o seu melhor contributo institucional.
E7	(...) Há matérias que de forma clara implicam a audição das associações, como o estatuto da Guarda, o regulamento de avaliação e até a própria lei orgânica. (...) O problema está nos prazos diminutos com que as associações se vêm muitas vezes para se pronunciarem, o que dá ideia que é para não levar a sério aquilo que as associações dizem. (...) O motivo que leva que as associações acabem por se pronunciar sobre matérias não respeitantes ao quadro legal em que elas se devem pronunciar, é sim, (...) a sede de protagonismo e de conquistas. (...) Traria benefícios ao Comando da Guarda e à Tutela, (...) solicitar às associações a sua pronunciação com o tempo suficiente e de forma antecipada a participar nos processos de alteração legislativa. Assim as associações sentir-se-iam parte do processo e evitaria que <i>à posteriori</i> viessem criticar aquilo que foi instalado porque elas também se tinham pronunciado sobre o assunto.
E8	Sem dados estatísticos conhecidos, talvez algumas normas do Estatuto dos Militares ou da Lei Orgânica da GNR.
E9	(...) Carreiras, promoções, salários e horários de trabalho e descanso.
E10	A questão da condição e natureza militar perdeu a força inicial e o problema do “horário de trabalho” está resolvido, (...) a agenda reivindicativa passou a estar centrada nas promoções e progressões horizontais. Mantém-se uma pressão permanente para assegurar influência nos órgãos consultivos, (...) no Conselho Superior da Guarda e no Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina, não de forma direta, uma vez que a representação cabe aos eleitos das categorias e não às associações, mas (...) através da eleição de elementos que lhe sejam afetos.
E11	Nos termos da alínea c) do n.º 5 da Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, as associações profissionais têm direito a ser ouvidas pelos órgãos competentes da GNR sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados, e sobre as condições de exercício da respetiva atividade.
E12	Estatuto remuneratório e desenvolvimento das carreiras.

**Fonte: Elaboração própria**

A questão n.º 11, cujas respostas dos entrevistados se encontram expostas no Quadro n.º 11 anteriormente representado, tem como objetivo apurar em que matérias legais mais frequentemente incide a atividade associativa.

Verifica-se que os assuntos legais que mais frequentemente merecem a pronunciação das associações são, à luz do que anteriormente se verificou em relação à questão n.º 2, interesses que as mesmas têm em comum, tais como: questões administrativas (E1), estatutárias, regulamentares (E1, E6, E7, E8 e E11), de carreira, promoções e passagem à reserva e reforma (E3, E9, E10 e E12), remuneratórias, de horário de serviço (E3, E4, E9, E11 e E12), questões de orgânica (E6, E7 e E8). Todas elas enquadradas pela legislação do associativismo - Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto.

Existem dois aspetos que dificultam essa pronúncia. Um deles refere-se ao facto de apenas se pronunciarem, sem direito de negociação coletiva (E2 e E4). O que, no fundo, como já referia Pimentel (2008), é o que separa estas associações do sindicalismo, e provoca a não integração do contributo das associações nas decisões do Comando, gerando frustrações, oposições e desequilíbrios. O outro, respeita ao reduzido tempo com que as associações por vezes se veem para se pronunciarem sobre um certo assunto, que, logicamente, potencia os efeitos negativos acima referidos (E4 e E7).

#### 4.12. Análise e discussão da questão n.º 12

**Quadro n.º 12- Respostas à questão n.º 12**

(E)	Sinopse
E1	Dos limites legais nenhum restringe (...). O que restringe mais é a interpretação restritiva que alguns comandantes fazem dessas leis. (...) E isso acaba por afetar os direitos fundamentais em que se baseia o direito de associação. (...).
E2	(...) O principal é esse fator de não termos o direito de negociação, outro é o facto de não ter sido aprovado o delegado associativo. (...) A lei que rege o nosso associativismo, para além dessas questões, não está muito má.
E3	A representatividade associativa no Conselho Superior da Guarda, junto do Governo e do Comando Geral e a questão de delegados no interior dos serviços.
E4	O facto de não termos esse direito de negociação e não nos podermos pronunciar diretamente e de forma não tanto distanciada como a que acabamos por fazer, sobre o funcionamento interno da própria instituição, isto é, do âmbito mais operacional.
E5	A lei é adequada (...). Sabendo que temos responsabilidades acrescidas por sermos Oficiais. (...) As nossas propostas e modo de atuação, mais do que limitadas pela lei, estão delimitadas pela nossa obrigação e dever de fazer por melhorar a nossa instituição, pensar de forma positiva e sempre com uma proposta quando algo nos parece menos bem (...).
E6	(...) Quando assumimos a condição militar, sabemos bem quais são os limites (...). Isto não é hermético, a sociedade evolui e há momentos em que há mais liberdade e noutros menos (...). Temos deveres distintos e que nos caracterizam como militares: comandar pelo exemplo e o dever de tutela. (...) Muitas vezes as associações querem tornar-se sindicatos (...) porque eventualmente não sentem essa tutela. (...) Mas os freios têm de se pautar sempre por sermos uma instituição militar. Porque nós temos de ter noção que somos o último reduto do poder legítimo e democrático. Deve imperar a coesão e a disciplina. (...) Será sempre apelativo o exercício dos direitos dos outros cidadãos, mas temos de ter noção daquilo que é a razão da nossa existência.
E7	Mais que aquilo que está estipulado na lei em termos de restrições às associações, importa a perceção do Comando acerca das associações e dos seus dirigentes (...). Às vezes denota-se um tratamento diferenciado perante os vários dirigentes associativos, devido até às próprias funções que eles exercem dentro da estrutura institucional (...).
E8	Apesar do quadro legal não ser completamente claro, as associações socioprofissionais da GNR, preferencialmente, não se devem pronunciar sobre a atividade operacional em curso, detalhes das operações, comentar técnicas, táticas, procedimentos e ações de comando, assim como, ordens emanadas do Comando da Guarda que não abarquem a defesa dos interesses estatutários, profissionais, sociais e deontológicos, dos militares da Guarda Nacional Republicana, nomeadamente os problemas relacionados com o exercício da atividade profissional dos seus associados.
E9	Desde logo a proibição do direito à greve, consagrado nos artigos 270.º e n.º 4 do artigo 275.º da Constituição da República Portuguesa, sendo que as leis ordinárias, como a LDNFA, LBCM, LOGNR, EMG NR, a lei do associativismo na GNR Lei 39/2004, de 18 de agosto e Decreto-Lei 233/2008, de 2 de dezembro, são diplomas (...) que regulam a atividade associativa e impedem a criação de sindicatos nas forças militares.
E10	Para além da Constituição, a Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (...) e a Lei da Defesa Nacional, estabelecem as fronteiras do associativismo militar, proibindo organizações de natureza sindical, condicionando fortemente o direito de manifestação, afastando o direito à greve e limitando as áreas de intervenção, no sentido da proteção de todas as áreas, recursos e capacidades que influenciam a atividade operacional.
E11	
E12	Creio que o quadro legal que permite o associativismo nas FA e na GNR está ajustado, faltando, no meu ponto de vista, que alguns dos limites estabelecidos sejam mais concreta e especificamente regulados.

**Fonte: Elaboração própria**

O Quadro n.º 12, anteriormente apresentado, expõe o conteúdo essencial das respostas dos entrevistados à questão n.º 12 que tem por fim verificar que aspetos restringem mais a atividade associativa.

As restrições legais à atividade associativa na GNR estão, no geral, bem ajustadas, devido à natureza militar da Instituição e à condição dos seus militares que ela implica (E1, E3, E5, E6, E7, E10 e E12), características do regime militar (Carrilho, 1994). Ainda assim, ressalva-se o aspeto do direito à negociação (E2 e E4), já elencado na discussão da questão anterior, e o aspeto da não aprovação do papel de delegado associativo (E2 e E3), como os mais restritivos do pleno exercício da liberdade de associação.

Relacionadas com os aspetos legais de regulação da atividade associativa, verificam-se questões que influenciam diretamente a atividade das associações: algumas interpretações desse quadro legislativo (E1), e as relações entre o Comando e os vários dirigentes associativos (E3 e E7). Relações estas que são influenciadas pela representatividade dos últimos em funções na estrutura da Instituição, nomeadamente a nível do Conselho Superior da Guarda (E3, E6 e E10), onde se discutem assuntos institucionais, como promoções e matérias disciplinares (Branco, 2010, pp. 386-387).

#### 4.13. Análise e discussão da questão n.º 13

**Quadro n.º 13- Respostas à questão n.º 13**

(E)	Sinopse
E1	A forma de estar de uma associação deve ser pautada (...) tendo sempre em conta se o impacto global é positivo ou não. (...) Indo áquilo que interessa, que é o interesse publico (...). Não podemos dirigir a atividade associativa (...) a tentar colmatar espaços de satisfação de grupos (...) temos de ter uma base de orientação sólida. (...) Naturalmente, que sairá sempre alguém que fica não tão agradado com as decisões que se tomam (...). Mas apesar dessas afetações, o que tem de ser defendido é o melhor para a Guarda e para os cidadãos (...).
E2	O ideal era as associações defenderem todos, mas a verdade é que isto tem custos, os associados pagam cotas, e são estes que temos de defender em primeiro lugar. (...). A APG (...) atua conforme as reuniões que faz para ouvir os seus associados, (...). Há problemas que vieram a diminuir também devido à atividade das associações. (...) O Guarda hoje tem vida pessoal (...). Já não é alcoólico (...). E muito disto é graças à atividade das associações (...). Isto sente-se por toda a Guarda, influenciando na motivação de todo o efetivo. (...) As associações defendem a Guarda. (...) Tem de haver, portanto, uma maior abertura neste universo.
E3	(...) Quando se obtém algo de positivo, esses não associados, agem como se nada de extraordinário tivesse acontecido. (...). E quando algo não se consegue através do movimento associativo, a resposta é forte e dura (...). Apesar de tudo, (...) não posso deixar de assinalar acontecimentos marcantes: o fim do RDM em que o militar era detido sem ser presente a um tribunal, o fim das 24 horas de serviço e (...) a atribuição de um subsídio aos familiares diretos dos militares mortos ou feridos gravemente em serviço.
E4	Aquilo que nós nos prestamos a fazer é defender as necessidades institucionais (...). Naturalmente que, com esta postura, vamos colidir com a área de conforto de alguém, ainda mais quando não associados. (...) Para defender os interesses prioritários, que são os institucionais, colide-se sempre com o conforto de alguém. Mas não é a colmatação disso que nos move. (...)
E5	(...) Apenas prestamos contas aos associados pois são a razão de ser da Associação. (...) Mas a defesa dos interesses da GNR é feita de forma geral sem olhar a categorias. E dentro dos Oficiais defendemos todos os Oficiais (...). Apenas os sócios recebem tudo o que é realizado (...). Não se consegue agradar a toda a gente.
E6	(...) Ao se defender os interesses dos associados, devem estar alinhados com os interesses de toda a classe. (...) Naturalmente que isto tem custos para os próprios, tanto em termos monetários como de tempo e de sinergias.

	(...) Os primeiros interesses a defender são os dos associados. Mas se os associados não estiverem alinhados com os objetivos da classe, eventualmente não fará sentido a respetiva existência (...).
E7	Quando eu defendo os interesses dos Oficiais da Guarda (...) vou defender os interesses dos oficiais da Guarda (...) e, conseqüentemente, os interesses da Guarda. (...) As associações são fatores formais de defesa dos interesses que de outra forma não se conseguem exprimir. (...) As associações por vezes defendem interesses particulares. (...) Há interesses globais à categoria que se aplica a todos mas também há interesses pessoais ou próprios da categoria que são defendidos só para os seus sócios. (...) Mesmo os associados saem muitas vezes prejudicados (...), é preciso que alguns abdicuem de tempo para a família, de tempo para outras tarefas de cidadão, e afins. Já para não falar das posições delicadas em que por vezes nos vemos colocados (...).
E8	Considerando a sua opinião como válida para as suas considerações e decisões, apesar de não serem associados, tentando sempre a sua integração como sócios.
E9	(...) Os militares não associados estão numa posição muito confortável. Não têm de se preocupar com a atividade associativa, nem de pagar as quotas respetivas. Quando o resultado lhes é favorável ficam satisfeitos e acham que têm os mesmos direitos que os associados. Quando não lhes agrada, podem sempre criticar (...) nunca se expõem (...). Mas para as associações o número de associados é importante para lhes dar maior representatividade e força na reivindicação. Logo tendem em permanência a procurar (...) mais militares.
E10	O associativismo, apesar de orientado pelo interesse dos associados, procura uma influência social mais abrangente, prossequindo objetivos de afirmação no espaço mediático, para chegar à sociedade. Os eventuais “ganhos reivindicativos” não distinguem associados de não associados, no entanto, também podem ocorrer situações em que os interesses das associações colidam e prejudiquem os não associados (...).
E11	
E12	(...) Quem não está associado beneficia sempre daquilo que as associações conseguem garantir ou obter no processo reivindicativo.

**Fonte: Elaboração própria**

O Quadro n.º 13, contém as sinopses das respostas dos entrevistados à última questão da entrevista, a qual pretende interrogar os entrevistados acerca do impacto da atividade associativa no universo do total efetivo dos militares, com particular incidência nos militares não associados.

Os próprios elementos das associações podem ser prejudicados pela sua atividade associativa (E3, E6 e E7). Ainda assim, a atividade associativa, quando tem por prioritário o desenvolvimento da Instituição, naturalmente que acaba por gerar consequências negativas para alguém, ainda mais quando se trata de não associados (E1, E4, E5, E7, E9 e E10).

Apesar desse interesse global para a Instituição ser maioritariamente uma prioridade na atividade associativa, os interesses dos associados também têm de ser equacionados como prioritários, pois é das contribuições dos associados que a associação se funda e subsiste (E2, E5, E6 e E9).

No entanto, o inverso também não deixa de se verificar, pois se é defendido o bem global institucional, daí resultarão decisões e medidas que vão influenciar positivamente a vida profissional, e até pessoal, da maioria do efetivo (E2, E3 e E12).

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta última fase representa o culminar de toda a investigação e tem como finalidade apresentar as conclusões decorrentes das restantes fases da investigação que a antecedem, e as quais se podem resumir ao enquadramento teórico e ao trabalhado de campo.

Destarte, este capítulo contém as respostas às perguntas derivadas e à pergunta de partida, e a verificação ou refutação das hipóteses de investigação, de modo a cumprir os objetivos propostos no início do trabalho. Posteriormente são ainda apresentadas as limitações com que a investigação se deparou. Terminando com as recomendações resultantes da investigação e com linhas orientadores para futuras investigações no âmbito desta temática.

Quanto à PD1, a própria origem das associações e a sua proliferação revela as divergências existentes entre elas e o Comando da Instituição, pois entre as causas da criação do associativismo na GNR, encontra-se a insuficiência do cumprimento do dever de tutela por parte do Comando e o desalento dos militares para com este, o que justifica a existência das associações e a necessidade de uma visão distinta de ambas as partes. Daqui surge um impacto negativo, sustentado também na instabilidade causada pelas conturbações internas na primeira associação constituída e pelas relações entre associações.

A divisão do movimento associativo em parcelas menores, tanto através das dissidências anteriormente referidas, como através das diferenças entre categorias profissionais, traz a divisão dos militares relativamente aos objetivos a atingir, levando à descredibilização das associações. Fator este que pode ser interpretado como um dos motivos para a menor integração das associações nos processos de decisão do Comando.

Contudo, é possível denotar interpretações diferenciadas quando se expõe esta questão de aproximação entre a atuação das associações e a do Comando da GNR. Embora a maioria dos interesses defendidos por cada uma das associações sejam comuns entre todas elas, a sua articulação para os defender acaba por encontrar obstáculos precisamente devido à postura e linha de atividade diferenciada relativamente ao Comando da Instituição. Existindo, assim, associações que mais frequentemente se mostram menos alinhadas com o Comando, quer pela sua atuação centrada na exposição mediática, quer pela ótica de oposição que adotam. Algo que chega a ter influência ao nível das relações entre as associações e o poder político e ao nível da perceção que este tem daquelas.

Portanto, existe uma complementaridade pontual entre as associações e o Comando da GNR, proporcionada pelo diálogo sobre alguns interesses gerais mais comuns para a

Instituição, nomeadamente quanto às condições de serviço operacional dos militares, as quais afetam a sua vida pessoal, e potenciada ainda pelo desenvolvimento social que as associações podem trazer para a Instituição. Porém, esta confluência entre ambas as partes, requer que elas mesmas existam, sendo que, para essa existência, a atuação e a estratégia seguida por ambas é necessariamente divergente.

Relativamente à PD2, a natureza militar é consensualmente considerada como uma base fundamental e estruturante da organização institucional da GNR. E é nela que se sustenta a subsistência da própria Instituição no sistema de forças nacional, o qual, relativamente às polícias, se reveste de um modelo dual. Este é o principal fator que leva as associações a defenderem transversalmente a natureza militar, visto ser do interesse de todos que a Instituição continue a existir e a sobressair pelo que a distingue das restantes. As associações podem complementar a ação do próprio Comando da Guarda ao tentar vincar essa mesma natureza militar enquanto característica e potencialidade da Instituição. Mas esta complementaridade acaba por apenas encontrar concretização na pronúncia das associações acerca da aplicação do reconhecimento dessa natureza militar na vida dos quadros profissionais da Instituição.

Assim sendo, a atividade associativa, não condicionada, mas naturalmente restrita devido à natureza militar da Instituição em que se insere, que pressupunha, tal como referido anteriormente, que fosse o próprio Comando a defender os direitos e interesses dos seus profissionais, acaba por poder afetar a condição militar. E pode fazê-lo tanto numa perspetiva negativa como positiva. Positivamente pode ser afetada pela contribuição na afirmação dessa natureza e na influência da coesão interna (elemento basilar de uma instituição de natureza e estrutura organizacional militar) através da referida pronúncia conjunta sobre interesses comuns. Negativamente, essa coesão interna e a própria natureza e estrutura militar da GNR, pode ser influenciada pela imagem institucional que é passada para a opinião pública aquando dessas pronúncias dispersas e não suficientemente ponderadas ou sobre problemas internos. Consequentemente afeta negativa e diretamente a perspetiva que a sociedade tem da GNR enquanto Instituição militar, ao ver uma expressão reivindicativa e uma série de questões internas que não se coadunam com as características que frequentemente associa à imagem de uma instituição militar, acabando por descredibilizar a GNR enquanto tal.

Passando à PD3, o enquadramento legal sob o qual se desenrola a atividade associativa está ajustado à realidade dessa atividade e às potencialidades desta para o

desenvolvimento da Instituição, e decorre sobre a maioria dos aspetos constantes na legislação, nomeadamente os estatutários, remuneratórios e da atividade profissional.

Apesar das necessárias restrições legais à atividade associativa, existem dois aspetos legais controversos a salientar: o facto de não estar previsto o direito à negociação, mas apenas à pronúncia, e a impossibilidade de existirem delegados associativos. O primeiro pode limitar a participação e integração das associações no desenvolvimento da Instituição. Porém, esse mesmo direito à negociação, como se referiu no segundo capítulo, é um fator característico do exercício da atividade sindical, a qual é, voltando a invocar a indispensabilidade das restrições devido à natureza da Instituição, necessariamente vedada aos militares. Já quanto ao segundo fator, o papel de delegado associativo relaciona-se com a melhoria no funcionamento da atividade associativa, visando uma maior perspicácia uma perceção global dos problemas dos militares e uma melhor prestação de serviço aos seus associados. E quanto a estes últimos, eles representam a prioridade das associações, pois é deles que estas se constituem e é das suas contribuições que a sua atividade subsiste. Sendo incontornável que a prossecução dos seus interesses ou do bem geral institucional, possa resultar em consequências negativas para alguém, que naturalmente o sentirá mais intensamente se não for associado. Por outro lado, é também incontornável que, quando atingidos objetivos ou aplicadas medidas que versam a melhoria de alguma situação específica ou condição profissional dos associados, todos os efetivos beneficiem com isso, exponenciando a contribuição associativa para toda a Instituição.

Deste desdouro, cabe agora a validação das Hipóteses (H1 e H2). Relativamente à H1, esta foi validada pela resposta à PD1. A proliferação de associações na GNR demonstra a necessidade de defender e garantir interesses distintos ou, pelo menos, de forma distinta. Algo que é natural dada a organização hierárquica da própria Instituição, e também ao facto de se referir os interesses entre as associações e o Comando da GNR, posto que a existência das associações surge precisamente para fazer face a interesses ou problemas que o Comando não consegue salvaguardar na totalidade. E portanto, existe esta lógica de exigência de interesses divergentes para a subsistência do próprio movimento associativo no seio da Instituição. Contudo, os efeitos destas divergências são demasiado significativos, e é nesta perspetiva que a maioria dos entrevistados argumenta a dificuldade de alinhamento ou congruência de objetivos entre associações e entre estas e o Comando da GNR. De facto, existe complementaridade, diálogo e reunião entre todos, mas apenas pontualmente e muito formalmente. A divergência de interesses causa uma grande dispersão de vontades, de objetivos específicos e de oposições. O que pode resultar em descredibilização da Instituição



perante a Tutela, o poder político, e, sobretudo, a sociedade, podendo afetar o trabalho e desenvolvimento da GNR.

Quanto à H2, esta foi refutada através das respostas às perguntas derivadas PD2 e PD3. Existem dois aspetos essenciais para esta infirmação: uma vontade comum de afirmação da natureza militar da Instituição e a percepção geral de um quadro legal ajustado à atividade associativa. A natureza militar da Instituição foi tida em conta pelos entrevistados, tanto numa perspetiva associativa como numa perspetiva institucional, como um pilar fundamental da existência e funcionamento da GNR e como uma característica distintiva à qual falta, porém, ser acrescido o devido reconhecimento e valorização da mesma em relação à condição militar dos quadros profissionais da Instituição. Deste modo, existe uma relação de necessidade entre a existência do associativismo na GNR e a natureza militar desta. E, verificando-se esta natureza, a evolução do associativismo tem de passar necessariamente por um quadro legal mais restritivo que possibilite, então, a sua própria existência e prossecução de fins que visem o desenvolvimento da Instituição. Podendo este último não ser afetado ou até ser potenciado, por um quadro legislativo menos restrito nos fatores anteriormente referidos como limitadores da contribuição associativa para o desenvolvimento institucional, desde que se mantenha e se efetive essa perspetiva de valorização da natureza militar.

Deste desidrato, resta responder à questão que norteou esta investigação, a pergunta de partida - “De que forma pode a atividade das associações socioprofissionais da GNR influir no desenvolvimento dessa mesma Instituição?”. Esta foi, de certo modo, sendo respondida desde o enquadramento teórico, até à realização e análise das entrevistas. Com base na investigação realizada a nível do enquadramento teórico, verifica-se que associativismo militar na GNR se reveste de uma influência vincada no associativismo militar das Forças Armadas. Tendo, no entanto, vindo a transformar-se interna, social e legalmente, à luz das exigências e alterações sociais e da aproximação da Instituição e dos seus profissionais à restante sociedade. O que faz com que, logo pela evolução social e legal do associativismo enquanto meio de concretização destas tendências, o mesmo tenha influência no desenvolvimento institucional da GNR. Esta influência foi verificada posteriormente através da análise das entrevistas. Segundo as quais é possível observar um padrão de respostas em favor da coesão institucional e da natureza militar da Instituição e condição militar dos profissionais, podendo desta forma contribuir para a afirmação destas características e reconhecimento profissional da Instituição por parte da restante sociedade. Esta é uma contribuição conjunta interna que em muito pode influir na distinção da missão

que a GNR cumpre, na valorização dos seus quadros e no seu desenvolvimento. No entanto, ligadas a esta atividade associativa, existem também consequências negativas de difícil supressão, que afetam mais o ambiente externo da Instituição. Estas que passam pela imagem menos positiva, a qual, através de pronunciações e reivindicações associativas expostas e desfasadas, divergentes ou até opostas, geram uma perceção de menor controlo, organização e seriedade face à preconceção construída sobre as características do “ser militar”. Sendo que, por outro lado, isto pode eventualmente abonar a favor da própria Instituição, se houver um vínculo de lealdade entre a plena liberdade do exercício de associação, numa Instituição com as características e natureza específicas da GNR, e a integração profícua e consciente das associações nos processos de decisão e desenvolvimento institucional do Comando. Pois desta forma, torna-se possível a confluência num espectro de matérias que vai para além daqueles interesses formalmente comuns, e que enaltecem o militar da Guarda enquanto profissional, alinhando, perante o Poder de decisão, as estratégias de satisfação de necessidades socioprofissionais dos militares, motivando-os e enaltecendo as suas competências e capacidades.

Cumpridos os objetivos desta investigação, cabe salientar as limitações que esta encontrou. As quais se prendem essencialmente com a representatividade da amostra. Este fator é limitador na medida em que o universo de militares ligados ao associativismo não é determinável e não foi possível realizar o inquérito por entrevista a uma amostra em maior quantidade, como seria desejável. Esta limitação relaciona-se com a primeira proposta para futuras investigações, nas quais seria interessante estudar este fenómeno do associativismo, talvez numa perspetiva de análise quantitativa, ao nível da representatividade das associações face ao efetivo da GNR. Outras investigações a ponderar, residem em estudos comparativos entre o associativismo nas Forças e Serviços de Segurança e o sindicalismo no meio civil. Ou, ainda, entre a GNR e as suas congéneres europeias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica* (5.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Editora Atla.
- Simmel, G. (1890). *Über soziale Differenzierung Soziologische und psychologische Untersuchungen*. Leipzig: Duncker & Humblot.
- Viana, N. (2007). *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Autêntica.
- Pereira, J., Samara, M. & Godinho, P. (2016). *Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea- FCSH/NOVA.
- Assembleia da República [AR] (2004). Lei n.º 39/2004 de 18 de agosto: Princípios e as bases gerais do exercício do direito de associação profissional dos militares da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª série-A, n.º 194, 5236-5.
- Rodrigues, M. (2002). *Sociologia das Profissões* (2ª Edição). Oeiras: Celta Editora.
- Parsons, T. (1939). The Professions and Social Structure. *Social Forces*, 4 (17), 457-467. doi: 10.2307/257069.
- Goode, W. (1957). Community Within a Community: The Professions. *American Sociological Review*, 2 (22), 194-200. doi: 10.2307/2088857.
- Evetts, J. (2014). The Concept of Professionalism: Professional Work, Professional Practice and Learning. In Billett, S., Hans, G. & Harteis, C. (Eds.), *International Handbook of Research in Professional and Practice-based Learning* (pp. 29-57). London and New York: Springer.
- Huges, E. (1964). *Men and Their Work* (2ª Edição). London: Free Press of Glencoe Collier-Macmillan Limited.
- Wilensky, H. (1964). The Professionalization of Everyone?. *American Journal of Sociology*, 2 (70), 137-158. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em [https://www.jstor.org/stable/2775206?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2775206?seq=1#page_scan_tab_contents).
- Freidson, E. (2013). *Professionalism Reborn: Theory, Prophecy and Policy*. New York: John Wiley & Sons.

- Santos, C. (2011). *Profissões e Identidades profissionais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Huntington, S. (1985). *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge and London: Harvard University Press.
- Saks, M. (2012). Defining a Profession: The Role of Knowledge and Expertise. *Professionas & Professionalism*, 1 (2), 1-10. Acedido a 4 de março de 2018, em <http://dx.doi.org/10.7577/pp.v2i1.151>.
- Merton, R. K. (1982). *Social Research and the Practicing Professions*. New York: University Press of America.
- Janowitz, M. (1967). *O soldado Profissional: Estudo Social e Político*. Rio de Janeiro: Edições GRD.
- Moskos, C. C. (1977). From Institution to Occupation: Trends in Military Organization. *Armed Forces and Society*, 1 (4), 41-50. doi: 10.1177/0095327X7700400103.
- Vieira, G. B. (1993). Instituição Militar: Da Nostalgia à Inovação. *Nação e Defesa*, (67), 73-91. Acedido a 3 de março de 2018, em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1668>.
- Carreiras, H. & Agapito, C. (2010). Ser militar em Portugal: vocação ou emprego?. In Delicado, A., Borges, V. & Dix, S. *Profissão e vocação: ensaios sobre grupos profissionais* (pp. 301-334). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, J. (2009) Instituições Militares, Poder Político e Sociedade. *Nação e Defesa*, 4 (123), 135-174. Acedido a 3 de março de 2018, em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/3621>.
- Vieira, G. B. (2004). Relacionamento da Instituição Militar com o Poder Político e a Sociedade. *Revista Militar*, (2428), 0-0. Acedido a 18 de março de 2018, em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/400>.
- Carrilho, M. (1994). *Democracia e defesa: sociedade, política e forças armadas em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 213, 8043-8051.

- Durão, S. (2010). Ser ou não ser polícia: uma profissão?. In Delicado, A., Borges, V. & Dix, S. *Profissão e vocação: ensaios sobre grupos profissionais* (pp. 275-300). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Alves, A. C. (2008). *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Campos & Segurado, J. A. (2004). No tempo dos Decênvios: reflexões em torno da Lei das XII Tábuas e suas relações com o direito grego. In Leão, F. D., Rossetti, L. & Fialho, M. C. G. Z. (Eds), *Direito e sociedade na Antiguidade Clássica* (pp. 297-349). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mendes, V. (2008). *Como Construir Uma Associação*. Porto: Legis Editora.
- Paula, E. (1966). As origens das Corporações de Ofício: as corporações em Roma. *Revista de história*, 32 (65), 3-68. doi: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1966.124022.
- Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto: Constituição da República Portuguesa (VII Revisão constitucional).
- Freire, J. (2004). *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Canotilho, J. & Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada* (3ª Edição). Coimbra: Coimbra Editora.
- Pimentel, L. (2008). *A Restrição de Direitos aos Militares das Forças Armadas*. Lisboa: AAFDL.
- Silva, G. M. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Tocqueville, A. (2005). *A Democracia na América: Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Putnam, R. D. (1993). *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Warren, M. (2001). *Democracy and Association*. New Jersey: Princeton University Press.
- Luchmann, L. (2014). Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (85), 159-178. Acedido a 28 de fevereiro de 2018, em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000200011>.

- Lousada, M. A. (2004). Tradição e renovação nas associações profissionais. In Freire, J. (Org.), *Associações profissionais em Portugal* (pp. 21-56). Oeiras: Celta Editora.
- Freire, J. (2004). *Associações profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Rego, R. (2004). Enquadramento jurídico e participação social. In Freire, J. (Org.), *Associações profissionais em Portugal* (pp. 187-224). Oeiras: Celta Editora.
- Durkheim, É. (1999). *Da Divisão do Trabalho Social* (2ª Edição). São Paulo: Martins Fontes.
- Spencer, H. (1898). *The Principles of Sociology* (Vol. 3). New York: D. Appleton and Company.
- Bucher, R. & Strauss, A. (1961). Professions in Process. *American Journal of Sociology*, 66 (4), 325-334. Acedido a 18 de março de 2018, em <http://www.jstor.org/stable/2773729>.
- Rodrigues A. (2005). O Associativismo Militar: Uma Crise Anunciada. In *Portal do Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. Acedido a 1 de março de 2018, em [http://www.jornaldefesa.pt/1/politicas\\_de\\_defesa\\_portugal\\_981715.html](http://www.jornaldefesa.pt/1/politicas_de_defesa_portugal_981715.html).
- Vaz, N. M. (2005). Associativismo Militar. *Revista Militar*, (2446), 1203-0. Acedido a 1 de março de 2018, em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/22>.
- Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la police: sociologie de la force publique*. Paris: Éditions La Découverte.
- Feuille, P. & Juris, H. A. (1976). Police Professionalization and Police Unions. *Sociology of Work and Occupations*, 3 (1), 88-113. doi: 10.1177/009392857600300104.
- O'Malley, P. & Hutchinson, S. (2007). Converging Corporatization? Police Management, Police Unionism, and the Transfer of Business Principles. *Police Practice and Research*, 8(2), 159-174. doi: 10.1080/15614260701377653.
- Spencer, H. (1898). *The Principles of Sociology* (Vol. 1). New York: D. Appleton and Company.

- Partido Comunista Português [PCP] (2016). Projeto de Lei n.º 343/XIII-2ª. In *Portal da Assembleia da República*. Acedido a 12 maio de 2017 em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=40766>
- Assembleia da República [AR] (2002). Lei n.º 14/2002 de 19 de fevereiro: Lei de Defesa Nacional. *Diário da República*, 1ª série-A, n.º 42, 1340-1346.
- Assembleia da República [AR] (1989). Lei n.º 11/89 de 01 de junho: Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar. *Diário da República*, 1ª série, n.º 125, 2096-2097.
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica* (4.ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Popper, K. R. (1972). *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª Edição). São Paulo: Editora Atlas.
- Carrilho, M. (1985). *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Vaz, N. M. (2001). A Profissão Militar: Um modelo à procura de sustentação. *Nação e Defesa*. (98), 49-72. Acedido a 18 de março de 2018, em <https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1321&cod=98#sthash.tAPfMVT9.xjiROePj.dpbs>
- Associação Nacional de Sargentos da Guarda [ANSG]. (2018). Publicação em D.R. da constituição e estatutos da ansg. Acedido a 17 de março de 2018, em <https://www.ansg.pt/index.php/a-ansg/historia/1999>
- Jornal I. (2012, 10 de julho). Criação de novo sindicato abre guerra dentro da GNR. Acedido a 17 de março de 2018, em <https://ionline.sapo.pt/478434>
- American Psychological Association [APA]. (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association* (6ª Edição). Washington DC: APA.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (s/d). Estratégia 2020.Uma Estratégia de Futuro. In *Portal da GNR*. Acedido a 20 de março de 2017 em: [http://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/estrategia\\_2020.pdf](http://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/estrategia_2020.pdf)

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE A – RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS, PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA

**Quadro n.º 14- Relação entre objetivos, perguntas de investigação e guião de entrevista**

Objetivo Geral	Pergunta de Partida	Hipótese 1	Hipótese 2
Determinar o impacto da atividade associativa socioprofissional da GNR para a Instituição e para os seus militares	De que forma pode a atividade das associações socioprofissionais da GNR influir no desenvolvimento dessa mesma Instituição?	As divergências de interesses entre associações e entre estas e o Comando da GNR, trazem obstáculos ao desenvolvimento organizacional e social da Instituição	Existe uma dicotomia entre a evolução do associativismo na GNR e o desenvolvimento desta enquanto Instituição militar
Objetivos específicos	Perguntas derivadas	Questões da Entrevista	
Analisar as contribuições e o papel do associativismo no desenvolvimento da Instituição e dos direitos dos seus profissionais	O modelo de atuação e as estratégias associativas seguidas pelas associações da GNR é convergente com a estratégia da Instituição?	1. Entre 1991 e 2012 surgiram várias associações da GNR. Quais os fatores que levaram à multiplicidade das associações na GNR? Qual o impacto dessa multiplicidade?	
		2. Quais os interesses comuns entre as diversas associações? Como se articulam para os defender?	
		3. Na prossecução desses interesses por parte de cada associação, em que difere a sua linha de atividade?	
		4. A existência de associações surge da necessidade de proteger interesses dos seus associados. E tendo surgido várias associações, tal fenómeno pode indicar diferentes interesses a serem protegidos. Qual o impacto destas divergências?	
		5. Das linhas de ação seguidas pelas associações, quais as que se coadunam mais com os objetivos do Comando da GNR?	
		6. Sendo um dos principais objetivos do Comando da GNR o acompanhamento da evolução da sociedade. De que modo podem as associações, enquanto movimento social interno, promover o desenvolvimento social face aos novos desafios?	
Compreender o funcionamento das atuais associações profissionais ligadas à GNR e as relações estabelecidas entre elas e o Comando da Instituição	A atividade associativa tem consequências para o funcionamento Instituição quanto à sua natureza e estrutura militar?	7. Um dos objetivos da estratégia da GNR é afirmar inequivocamente a sua natureza militar. Quais os objetivos da atividade associativa em relação à natureza e estatuto militar da GNR?	
		8. A GNR apresenta-se como uma Instituição charneira, entre as Forças Armadas e as Forças Policiais e Serviços de Segurança, incumbindo aos seus militares atribuições, tanto de índole militar, como policial. Como é que este fator pode condicionar a atividade associativa e qual o impacto dessa atividade na condição militar dos militares da GNR?	
		9. O desempenho da Instituição, enquanto organização militar, depende da sua coesão interna. Que medidas associativas são ou podem ser tomadas para influenciar coesão interna da Instituição?	
		10. Os meios de comunicação social, atualmente, são a base da imagem das Instituições Públicas perante a opinião pública. Sendo que, em média,	

		quase metade das notícias acerca da GNR têm um impacto positivo ou negativo na população. De que forma a atividade associativa pode influenciar a opinião pública acerca da GNR?
Caracterizar o fenómeno do associativismo profissional na GNR através do seu enquadramento político-legal	A atividade associativa decorre segundo um quadro legislativo adaptado à sua contribuição para o desenvolvimento da GNR?	11. Em que matérias legais têm existido mais iniciativas e pronúnciação das associações, quer perante a GNR quer perante o poder político?
		12. A liberdade de associação revestiu-se desde início por um quadro legal restritivo delimitado pela Constituição e pelos demais diplomas legais reguladores do direito de associação. Quais, dos limites legais ao associativismo na GNR, os que mais restringem o desenvolvimento e atividade das associações?
		13. A lei estabelece que as associações profissionais da GNR defendam os interesses dos seus associados. Contudo, não sendo todo o efetivo associado e não podendo aqueles “ser prejudicados ou beneficiados em virtude do exercício do direito de associação”, o resultado de grande parte da atividade das associações em defesa desses interesses vai versar sobre o efetivo total. Posto isto, de que forma é que a promoção de interesses das associações se relaciona com os dos militares não associados?

**Fonte: Elaboração própria**

## **APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DA ENTREVISTA**



### **ACADEMIA MILITAR**

#### **O associativismo socioprofissional na GNR: influências na Instituição**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Bernardo Pinho**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Carlos Pereira**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2018**

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar de referência nacional e internacional que tem por missão formar Oficiais destinados aos quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR).

O Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, pretende formar oficiais dos quadros permanentes da GNR, habilitando-os para o exercício das funções que lhes estão estatutariamente cometidas e preparando-os para o cumprimento das missões da Instituição a que pertencem. Estando inserido, no final da estrutura curricular deste mestrado, o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) que visa desenvolver competências próprias no âmbito da pesquisa, metodologia e investigação em assuntos de natureza multidisciplinar em contexto e ambiente profissional.

Deste desidrato surge o objetivo desta carta de solicitação de colaboração, em que eu, Bernardo Pinho, Aspirante de Infantaria da GNR, a frequentar o 5º e último ano (tirocínio) do ciclo de estudos anteriormente referido, venho por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração no âmbito da realização do TIA, dada a necessidade de recolha de informação, nomeadamente através de entrevistas, que concorra para o esclarecimento de questões decorrentes da investigação, a qual está subordinada ao tema: *“Associações Socioprofissionais da GNR: Implicações na Instituição e nos Direitos dos Militares”*.

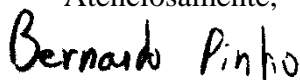
Esta investigação tem como objetivo determinar o impacto da atividade associativa socioprofissional da GNR para a instituição e para os seus militares.

A seleção dos entrevistados assenta no critério de proximidade e experiência profissional relacionada com fenómeno associativo.

Assim sendo, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda uma entrevista, tendo em conta que o seu contributo será preponderante para que se atinjam os objetivos propostos na investigação.

Grato pela colaboração e disponibilidade.

Atenciosamente,



Bernardo Pinho

Aspirante de Infantaria da GNR

## ENQUADRAMENTO

Até ao XIX, o associativismo estava, desde a Antiga Grécia, muito ligado à religião. Ligação esta que se prolongou por toda a Idade Média bem como até ao século XIX, em que surgem as associações profissionais. Estas últimas foram evoluindo consoante as necessidades advindas da evolução social e foram apresentando uma relevância crescente ao longo dos tempos, vincando a ideia de que o fenómeno associativo é necessariamente resultante do ser humano enquanto espécie naturalmente social (Campos & Segurado, 2004; Mendes, 2008; Paula, 1966).

As instituições militares não ficaram alheias a este fenómeno socioprofissional. E desde logo a Constituição Portuguesa de 1976 veio prever, no seu artigo 270º, a possibilidade de “estabelecer, na estrita medida das exigências próprias das respectivas funções, restrições ao exercício dos direitos de (...) associação (...) por militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo, bem como por agentes dos serviços e das forças de segurança e, no caso destas, a não admissão do direito à greve, mesmo quando reconhecido o direito de associação sindical”. Direito este que veio a evoluir, existindo, na atualidade, cinco associações ligadas à GNR, regidas pela Lei n.º 39/2004 de 18 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 233/2008 de 2 de Dezembro, que a regulamenta (Branco, 2012, p. 412).

Esta extensão da liberdade de associativismo às instituições militares e Forças e Serviços de Segurança, tem proporcionado um vasto quadro de discussões em torno dos direitos dos seus quadros profissionais. Algo que é observável na frequência com que estes direitos são negociados aos vários níveis hierárquicos e com que estas entidades associativas se pronunciam perante os meios de comunicação social, os quais têm vindo a despoletar cada vez mais as ações coletivas, desempenhando “um papel positivo para perenizar a polícia” (Monet, 2006, p. 304).

Tudo isto certamente traz consequências para a GNR enquanto organização, implicando uma abordagem eminentemente sociológica e, como tal, desviando-se de quaisquer conotações políticas ou institucionais controversas que não contribuam para a resposta ao problema em questão. Seguindo antes, linhas objetivas para desenvolver conhecimento no âmbito da sociologia, mais concretamente a nível dos “comportamentos típicos dos grupos profissionais – associativamente organizados – no sentido de controlar as condições para o exercício da profissão”, no universo peculiar da profissão militar e de

polícia, na sociedade democrática atual (Freire, 1993, pp. 208-209; Delicado, A., Borges V. & Dix, S., 2010).

Apesar da investigação do associativismo na área da sociologia em Portugal progredir de forma morosa e compassada, desde o início deste século, alguns primeiros passos têm sido dados nos estudos de abordagem ao campo do associativismo militar e do sindicalismo policial (Colaço, 2001; Salgado, 2003; Vaz, 2005; Mexia, 2009; Branco, 2010; Paulino, 2011).

Contudo, este avanço científico não alcançou ainda a especificidade da temática quando ligada à GNR. Tema este que ainda carece de desenvolvimento e, sendo esta uma investigação que incide sobre associação socioprofissional, requer, uma abordagem normativa e sociológica assente em conceitos mais abrangentes e que antecedem e sustentam as bases do associativismo militar na GNR. Bem como, transparece da necessidade de conhecimentos empíricos nos quais reside a informação necessária para a resposta à problemática desta investigação. Algo que só pode ser conseguido com a realização de entrevistas a quem detém esse nível de conhecimento. Concorrendo para o desenvolvimento do conhecimento científico/académico da GNR e, consequentemente, para o desenvolvimento e desempenho da própria instituição.

Com base no disposto anteriormente, este trabalho de investigação pretende atingir um objetivo geral: Determinar qual o impacto da atividade associativa socioprofissional da GNR para a instituição e para os seus militares. Decompondo-se este em objetivos específicos, que permitem conduzir o trabalho através de linhas orientadoras concretas, segundo as quais se pretende:

- Descrever o fenómeno do associativismo profissional através da sua evolução e do enquadramento político-legal que o tem regulado e que o caracteriza na atualidade. Dando principal enfoque ao associativismo socioprofissional militar e na GNR;
- Compreender o funcionamento das atuais associações profissionais ligadas à GNR e das relações estabelecidas entre elas e o Comando da Instituição; e
- Analisar as contribuições e o papel que estas têm tido no desenvolvimento da instituição e dos direitos dos seus profissionais.

Com estes objetivos atingidos pretende-se atingir uma noção clara e o mais específica possível sobre o estatuto e a atividade das associações socioprofissionais da GNR e, principalmente, sobre as sus projeções na instituição e nos militares que dela fazem parte.

## Bibliografia

Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto: Constituição da República Portuguesa (VII Revisão constitucional).

Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana: Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo

Campos & Segurado, J. A. (2004). No tempo dos Decênviros: reflexões em torno da Lei das XII Tábuas e suas relações com o direito grego. In Leão, F. D., Rossetti, L. & Fialho, M. C. G. Z. (Eds), *Direito e sociedade na Antiguidade Clássica* (pp. 297-349). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Colaço, A. B. & Gomes, A. C. (2001), *Sindicalismo na PSP: medos e fantasmas em regime democrático*. Lisboa: Edições Cosmos.

Delicado, A., Borges, V. & Dix, S. (2010). *Profissão e vocação: ensaios sobre grupos profissionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, J. (1993). *Sociologia do Trabalho – Uma Introdução*. Porto: Edições Afrontamento.

Mendes, V. (2008). *Como constituir uma associação* (3ª Edição). Porto: Legis Editora.

Mexia, C. A. M. (2009). *Dinâmicas do associativismo militar em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Gestão Pública, Universidade de Aveiro.

Monet, J. (2006). *Polícias e Sociedades na Europa* (2ª Edição). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Paula, S. E. (1966). As Origens das Corporações de Ofício: as corporações em Roma. *Revista de História*. 32(65), 3-68, doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1966.124022>

Paulino, M. G. (2011). *O associativismo militar situação actual e perspectivas*. Instituto de Estudos Superiores Militares.

Salgado, P. C. (2003). *O Associativismo nas Forças Armadas e a sua relação com o Poder Político e com a Hierarquia Militar*. Instituto de Altos Estudos Militares: Lisboa

Vaz, N. (2005). Associativismo Militar. *Revista Militar*, 2446 (1), 1203-0. Acedido a 12 de abril de 2017, em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/22>.

## **ENTREVISTA**

### **TEMA**

Associações Socioprofissionais da GNR: Implicações na Instituição e nos Direitos dos Militares

### **IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)**

Nome:

Situação profissional:

Organização/Órgão:

Departamento/Serviço:

Cargo/Posto:

Função:

Habilitações Literárias:

Local:

Data e Hora (início/fim):

Função ligada ao tema:

Data em que exerceu a função:

### **GUIÃO DE ENTREVISTA**

As suas respostas serão uma mais-valia para a investigação, servindo como suporte para o tratamento de informação, pelo que se revela importante que as mesmas sejam o mais completas possível. Importa ainda referir que todas as respostas servirão apenas como objeto de estudo para a investigação, sendo por isso, devido ao conteúdo das mesmas, classificadas se necessário. Se pretender a análise prévia das respostas, estas poderão ser-lhe facultadas para sua apreciação, de modo a salvaguardar os interesses de V. Ex.<sup>a</sup>. O trabalho final poderá igualmente ser-lhe facultado na íntegra, assim que aprovado. Obrigado pela sua colaboração.

**1.** Entre 1991 e 2012 surgiram várias associações da GNR. Quais os fatores que levaram à multiplicidade das associações na GNR? Qual o impacto dessa multiplicidade?

**2.** Quais os interesses comuns entre as diversas associações? Como se articulam entre si para os defender?

**3.** Na prossecução desses interesses por parte das diversas associações, em que difere a sua linha de atividade?

**4.** A existência de associações surge da necessidade de proteger interesses dos seus associados. E tendo surgido várias associações, tal fenómeno pode indicar diferentes interesses a serem protegidos. Qual o impacto destas divergências?

**5.** Das linhas de atividade seguidas pelas associações, quais as que se coadunam mais com os objetivos e visão do Comando da GNR?



**6.** Sendo um dos principais objetivos do Comando da GNR o acompanhamento da evolução da sociedade. De que modo podem as associações, enquanto movimento social interno, promover o desenvolvimento social face aos novos desafios?

**7.** Um dos objetivos da estratégia da GNR é afirmar inequivocamente a sua natureza militar. Quais os objetivos da atividade associativa em relação à natureza militar da GNR?

**8.** A GNR apresenta-se como uma Instituição charneira, entre as Forças Armadas e as Forças Policiais e Serviços de Segurança, sendo a única Força de Segurança de natureza militar do país. Como é que este fator pode condicionar a atividade associativa e qual o impacto dessa atividade na condição militar dos militares da GNR?

**9.** O desempenho da Instituição, enquanto organização militar, depende da sua coesão interna. Que medidas associativas são ou podem ser tomadas para influenciar coesão interna da Instituição?

**10.** Os meios de comunicação social, atualmente, são parte influente na imagem das Instituições Públicas perante a opinião pública. Sendo que, em média, quase metade das notícias acerca da GNR têm um impacto positivo ou negativo na população. De que forma a atividade associativa pode influenciar a opinião pública acerca da GNR?

**11.** Em que matérias legais existe mais iniciativas e pronúnciação das associações, quer perante a GNR quer perante o poder político?

**12.** A liberdade de associação revestiu-se desde início por um quadro legal restritivo delimitado pela Constituição e pelos demais diplomas legais reguladores do direito de associação. Quais, dos limites legais ao associativismo na GNR, os que mais restringem o desenvolvimento e atividade das associações?

**13.** A lei estabelece que as associações profissionais da GNR defendam os interesses dos seus associados. Contudo, não sendo todo o efetivo associado e não podendo aqueles “ser prejudicados ou beneficiados em virtude do exercício do direito de associação”, o resultado de grande parte da atividade das associações em defesa desses interesses vai versar sobre o efetivo total. Posto isto, de que forma é que a promoção de interesses das associações se relaciona com os dos militares não associados?

**14.** Deseja acrescentar mais algum contributo que considere relevante para o tema?

## APÊNDICE C – LISTA DE ENTREVISTADOS

Quadro n.º 15- Lista de entrevistados

Entrevistados	Entrevistado (E)	Função ligada ao tema	Local	Data
		Período de exercício		
Guarda Principal Pedro Gouveia	E1	Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ANAG	Viseu	06ABR18
		2016 a 2018		
Cabo César Nogueira	E2	Presidente da APG	Lisboa	09ABR18
		2012 a 2018		
Cabo Mor José Alho	E3	Presidente da ASPIG	Não- Presencial	04ABR18
		2005 a 2018		
Sargento-Ajudante José Lopes	E4	Presidente da ANSG	Setúbal	24ABR18
		2011 Até ao momento		
Tenente-Coronel Luís Alves	E5	Presidente da ANOG	Não- Presencial	03ABR18
		2015 até ao momento		
Tenente-Coronel Pedro Moleirinho	E6	Presidente da Assembleia Geral da ANOG	Lisboa	13ABR18
		2010 a 2012		
Coronel António Bogas	E7	Presidente da Assembleia Geral da ANOG	Lisboa	07ABR18
		2012 até ao momento		
Tenente-Coronel Gonçalo Carvalho	E8	Oficial de Ligação às Associações socioprofissionais (Adjunto do Gabinete do GCG da GNR	Lisboa	16MAR18
		2011-2012		
Tenente-Coronel António Matias	E9	Gabinete do GCG da GNR	Não- presencial	26ABR18
		2006-2008		
Tenente-Coronel Arménio Pedroso	E10	Assessor e Chefe do Gabinete do GCG da GNR	Não- presencial	02MAI18
		1998-2007		
Tenente-General Silva Couto	E11	General Comandante-Geral da GNR	Não- presencial	23ABR18
		2014 até ao momento		
Tenente-General Ferreira dos Santos	E12	General Comandante-Geral da GNR	Não- presencial	17ABR18
		2008 a 2011		

Fonte: Elaboração própria